

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

BRAGA

A situação escolar dos jovens com medidas de promoção e
proteção em acolhimento residencial

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e Saúde**.

Sílvia Daniela Ribeiro Marques Ferreira

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

OUTUBRO 2016



CATÓLICA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

BRAGA

A situação escolar dos jovens com medidas de promoção
e proteção em acolhimento residencial

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em **Psicologia
Clínica e da Saúde**.

Sílvia Daniela Ribeiro Marques Ferreira

Sob a Orientação da Prof.^a Doutora **Armanda Paula
Cunha Gonçalves**

Agradecimentos

Sou o fruto de quem me gerou
O porto de abrigo de quem procurou
A conselheira de quem pediu
A amante de quem nunca desistiu
Pedços da minha vida são esquecidos
Porém na mesma são sentidos
Muitas vezes sinto a falta
De quem de mim fugiu
Muitas vezes grito
Para quem nunca me ouviu
São memórias tristes que se fazem sentir
De um passado imperfeito que não posso corrigir
Refugio-me no meu mar de boas recordações
Tentando encontrar respostas para as minhas inquietações
Defino-me a mim mesma como sendo uma incerteza
Incerteza essa que faz de mim para muitos dureza
E para outros apenas leveza
Para muitos sou a alegria
Para outros a grande tristeza
Sou assim
Esta é a minha natureza
Um pouco de tudo
E um resto de nada.

A todos os que percorreram este
caminho comigo o meu sincero obrigado.

Sílvia Ferreira

Resumo

O percurso escolar dos jovens a quem foi aplicada a medida de proteção em acolhimento residencial tem constituído um tema de elevada importância social devido às consequências que a medida acarreta na dimensão escolar. Sendo a escola um contexto que contribui para o desenvolvimento pessoal dos jovens, nos diferentes domínios, torna-se necessário a realização de estudos que incidam nesta problemática de modo a permitir uma compreensão mais sustentada e por conseguinte uma melhor intervenção face ao problema. Assim, o objetivo deste estudo passa por caracterizar o percurso e situação escolar dos jovens incidindo na experiência do acolhimento, contexto escolar e projeto de vida.

Relativamente à experiência do acolhimento, os resultados apontam que a medida foi aplicada sobretudo devido à negligência na prestação de cuidados e acompanhamento. No que concerne ao contexto escolar, a relação entre a idade e o nível de instrução evidencia uma elevada taxa de insucesso. Quanto ao projeto de vida destaca-se a reintegração familiar incidindo, por isso, as estratégias para a implementação desse projeto no domínio familiar.

Palavras-Chave: *acolhimento residencial; escola; rendimento escolar*

Abstract

The school curriculum to whom was applied in residential care protection measure has been a subject of great social importance because of the consequences that the measure entails in school size. As the school a context that contributes to the personal development of young people in the different areas, it is necessary to carry out studies focusing on this issue in order to allow a more sustained and therefore a better understanding intervention address the problem. Thus, the aim of this study involves characterizing the course and educational situation of young people focusing on hosting experience, school context and life project.

Regarding the hosting experience, the results indicate that the measure was applied mainly due to negligence in the care and monitoring. With regard to the school context, the relationship between age and education level shows a high failure rate. As for the life of the project there is the re (integration) family focusing, so the strategies for the implementation of this project in the family domain.

Keywords: residential care; school; school performance

Índice

Introdução	8
Acolhimento residencial.....	9
Sistema de ensino português e alguns indicadores do percurso escolar dos jovens portugueses.....	11
Acolhimento residencial em Portugal e situação escolar da população acolhida	15
Metodologia	18
Desenho e método de estudo	18
Participantes	18
Instrumentos	19
Procedimentos de recolha e análise de dados	19
Resultados	20
Acolhimento residencial	20
Informação familiar	21
Dimensão escolar	22
Projeto de vida após o término da medida.....	25
Outros dados	25
Discussão dos resultados	26
Considerações finais e limitações do estudo	28
Referências bibliográficas	30
Anexos	36

Índice de figuras

Figura 1 - Crianças e jovens em situação de acolhimento por sexo e escalões etários.....	15
Figura 2 – Projetos de vida de crianças e jovens em situação de acolhimento	16
Figura 3 - Situação escolar das crianças e jovens, entre os 15 e os 17 anos, que estão em situação de acolhimento	16
Figura 4: Problemáticas associadas ao agregado familiar dos jovens.....	21
Figura 5: Nível de ensino consoante as faixas etárias dos jovens.....	22
Figura 6: Nível de ensino consoante as faixas etárias dos jovens.....	22
Figura 7: Rendimento escolar dos jovens nos diferentes períodos	23

Índice de anexos

Anexo I - Questionário semiestruturado dirigido aos gestores de caso	36
Anexo II - Questionário semiestruturado dirigido aos jovens	41
Anexo III – Carta de informação sobre o estudo	46
Anexo IV – Consentimento informado dirigido aos jovens	48
Anexo V – Categorização	51

Abreviaturas

Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens (CASA)

Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens (CNDPCJ)

Instituto da Segurança Social (ISS)

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD)

Introdução

Nos últimos anos o acolhimento de crianças e jovens tem vindo a ser alvo de investigação devido às características específicas de vulnerabilidade que esta população apresenta (Cheung, Lwin, & Jenkins, 2012). O acolhimento trata-se de uma medida da Lei de Promoção e Proteção onde se encontram crianças e jovens a quem foram aplicadas medidas protetivas de acolhimento ao abrigo do artigo nº 35 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. De acordo com a Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens (CASA) estas medidas visam a proteção da população acolhida de forma garantir a reposição dos seus direitos e a definição dos seus projetos de vida, os quais poderão passar pela manutenção do acolhimento residencial, retorno à família, adoção e autonomização (Instituto da Segurança Social [ISS], 2016).

Só no ano de 2015, em Portugal, encontravam-se 8 600 crianças em acolhimento residencial das quais 4 449 eram do género masculino e 4 151 feminino. No que respeita aos motivos subjacentes à aplicação da medida registava-se a falta de supervisão e acompanhamento familiar (60% das situações), os modelos parentais desviantes (33% das situações), a negligência ao nível dos cuidados de educação e saúde (32% e 30% das situações), os comportamentos de risco (15,5 %), a ausência temporária de suporte familiar (10,8%) e a prática de comportamentos desviantes (9,6%) (ISS, 2016).

Ainda que o acolhimento residencial vise a satisfação das necessidades das crianças e jovens permitindo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens [CNDPCJ], 2016), existem evidências das consequências que o mesmo pode acarretar para os seus alvos, de que são exemplo o desenvolvimento de padrões comportamentais desajustados (Barker et al., 2012; Brodie, 2009), o insucesso escolar (Berridge, 2012; Connelly & Furnivall, 2013), os problemas de saúde (Izidoro, Oliveira, Reis, & Santos, 2014; Jones, Mathiesen, & Sullivan, 2010) e os problemas emocionais (Daly, Huefner, James, Ringle, & Thompson, 2010).

Tendo em conta que o rendimento escolar constitui uma problemática recorrente na população acolhida, este estudo pretende caracterizar o percurso e a situação escolar de 25 jovens que se encontram em acolhimento residencial no distrito de Braga de forma a possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre os fatores que contribuem para o panorama atual que se assiste e a proporcionar o desenvolvimento de intervenções futuras sólidas e eficazes. Para concretizar este objetivo desenvolvemos dois questionários (um dirigido aos jovens e outro aos gestores de caso), de forma a recolher informações relacionadas com a experiência do acolhimento, contexto escolar e projeto de vida. Deste

modo organizamos este artigo em três partes, sendo que a primeira diz respeito ao enquadramento legal da medida de promoção e proteção em acolhimento residencial e dos aspetos inerentes à mesma, seguindo-se a caracterização do sistema de ensino português e a atual situação do acolhimento residencial em Portugal. Ainda neste ponto é abordada a situação escolar das crianças e jovens abrangidas pela medida. Na segunda parte, iremos proceder à metodologia utilizada no presente estudo, aos resultados e respetiva discussão e às considerações finais.

Acolhimento residencial

A família, a mais antiga de todas as instituições humanas, diz respeito a um conjunto de indivíduos que possuem entre si laços de sangue e de aliança. Além da noção de parentesco o conceito de família pode ser mais abrangente quando alargado a indivíduos que não mantém laços sanguíneos, mas, no entanto, são percebidos como elementos integrantes das suas famílias (Atalaia, Cunha, & Wall, 2013). Apesar de esta constituir um contexto fundamental para o desenvolvimento integral dos indivíduos (Amorim, 2011), existem casos em que se torna num fator de risco e de perigo para os mais novos (Gomes, 2010). Ainda que a demarcação entre estes conceitos não seja totalmente estanque, o risco refere-se a todas as situações que implicam um perigo para a concretização dos direitos das crianças e jovens (e.g. pobreza), sendo o perigo a concretização dessas situações (e.g. maus tratos, negligência e o abandono) (CNDPCJ, 2016).

Nos casos em que se verifica que os direitos das crianças e dos jovens se encontram ameaçados compete às entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, à CPCJ e, em última instância aos tribunais, prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral através da aplicação de medidas de promoção e proteção, podendo estas ser executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação. Deste modo, consideram-se medidas a executar no meio natural de vida o apoio junto dos progenitores ou de outro familiar e o apoio para a autonomia de vida. Quanto às medidas de colocação entende-se o acolhimento familiar e residencial (Artigos 39, 40, 45, 46, 49 da lei nº 175 de 8 de setembro de 2015), visando o último a colocação das crianças e dos jovens aos cuidados de uma entidade com instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que possibilite condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Artigos 49 da lei nº 175 de 8 de setembro de 2015). As crianças e os jovens que são alvos das medidas de colocação

têm o direito de ser acolhidos, sempre que possível, em casa de acolhimento ou família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem não devendo ser transferidos de local e separados de outros irmãos acolhidos salvo quando essa decisão corresponda ao seu superior interesse. Também devem manter regularmente e em condições de privacidade contacto com as pessoas significativas e com as entidades que regulam a sua medida, assim como ter um grau de autonomia na condução da vida pessoal (Artigo 58 da lei nº 175 de 8 de setembro de 2015).

Embora o acolhimento residencial faça parte de uma medida de promoção e proteção acarreta um conjunto de consequências, de que são exemplo o afastamento da família e das relações existentes, a demissão e/ou diminuição da responsabilização da família, passando a instituição a ser a principal fonte de responsabilização, as dificuldades cognitivas (Bakermans-Kranenburg et al., 2011; Brodie, 2009), o que pode originar elevados índices de insucesso escolar (Cameron & Jackson, 2012; Connelly & Furnivall, 2013; Coulombe, Flynn, & Tessier, 2013), o surgimento de problemas emocionais, psicossociais (Almeida, Ferreira, & Soares, 2010; Browne, Hamilton-Giachritsis, & Johnson, 2006), de que é exemplo a presença de sintomatologia depressiva (Attar-Schwartz, 2008; Golding, 2010), os comportamentos desadaptativos e atípicos (Erol, Munir, K, Oztop, & Simsek, 2007), nomeadamente a agressividade (Kimm, Weinberg, & Zetlin, 2009; Golding, 2010), e a estigmatização social, a qual pode agravar os problemas desta população e contribuir para a tolerância de situações que coloquem em causa o seu desenvolvimento (Alberto, 2008). Ainda que toda a população acolhida esteja suscetível a experienciar estas consequências, de acordo com Attar-Schwartz (2008), a maneira como são sentidas difere de indivíduo para indivíduo. Ao analisar a condição psicossocial de 4 420 crianças e jovens, entre os 6 e os 18 anos, que se encontravam em acolhimento, o autor concluiu que os rapazes apresentavam níveis superiores de depressão e agressão comparativamente às raparigas.

Apesar do impacto menos positivo que a medida pode causar é importante referir que a instituição constitui um espaço seguro e protetivo proporcionando o surgimento de perspectivas futuras (Alberto, Faria, Salgueiro, & Trigo, 2008), a transmissão de valores e sentimentos de estabilidade e permanência (Barth, Chapman, & Wall, 2004), o desenvolvimento de limites internos e externos que se traduzem em indicadores de maturidade (Matos & Mota, 2010) e o estabelecimento de relações de equilíbrio, poder e afeto (Betts, Dell'Aglio, & Siqueira, 2006). Um estudo realizado por Carvalho e Manita (2010) a respeito das perceções que nove crianças e jovens, entre os 12 e os 16 anos, apresentavam sobre o processo de acolhimento, permitiu concluir que apesar de num primeiro momento o

mesmo ter despoletado reações negativas (e.g. sentimentos de medo, angústia e tristeza) estas foram alterando-se à medida que os participantes conheciam a instituição, os técnicos, os funcionários e os colegas. Relativamente à instituição o mesmo estudo apontou a delimitação de tempo (e.g. ter o telemóvel), as regras e os conflitos entre os elementos acolhidos como aspetos que contribuíram para a insatisfação, constituindo as atividades desenvolvidas pela instituição (e.g. férias), o conforto proporcionado pelos colegas, os equipamentos informáticos e a proximidade com os técnicos e funcionários aspetos positivos. No que respeita às relações estabelecidas um estudo desenvolvido por Erol e colaboradoras (2007), no qual participaram 461 jovens, permitiu concluir que o contacto regular e o envolvimento afetivo com as figuras parentais, os professores e os funcionários da instituição, contribuíam para um maior suporte social e possibilitavam o desenvolvimento de fatores protetores face aos problemas emocionais e comportamentais que os participantes apresentavam.

Atendendo que o acolhimento residencial é a medida que maior expressão apresenta em Portugal (Carvalho & Manita, 2010), é necessário minimizar os efeitos a si inerentes, sobretudo, no que respeita à dimensão escolar uma vez que a população acolhida apresenta maior risco de insucesso (Font & Maguire-Jack, 2013; Jones, Mathiesen, & Sullivan, 2010; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE], 2016) absentismo e abandono (Fantuzzo & Perlman, 2007). Assim, de seguida será mencionado como se processa atualmente o sistema de ensino português fazendo alusão aos indicadores escolares anteriormente citados. Tendo em conta que cada vez mais é necessário proporcionar um ensino que vá de encontro às potencialidades dos estudantes (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, 2016) também faremos referência ao processo de orientação vocacional.

Sistema de ensino português e alguns indicadores do percurso escolar dos jovens portugueses

O sistema educativo desenvolve-se de acordo com um conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas, tendo por âmbito geográfico a totalidade do território português e os países e locais onde residem comunidades portuguesas ou em que se verifique elevado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa (Artigo 1 da lei nº 49/2005 de 30 de agosto). Constituem objetivos do sistema educativo a contribuição para a defesa da identidade nacional e para a realização do educando através do desenvolvimento integral da sua personalidade, formação cívica e moral, devendo

ser preservado o direito à diferença e valorizado os diferentes saberes e culturas. Também deve ser assegurado o acesso de todos os indivíduos aos benefícios da educação, cultura e ciência e proporcionada uma segunda oportunidade aos que na idade própria não usufruírem da escolaridade, aos que procuram o sistema educativo por motivos laborais ou de promoção cultural devido a necessidades de reconversão e aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Para além disso, o sistema deve contribuir para desenvolver o espírito e a prática democrática, através da adoção de estruturas e processos participativos em que se integram todos os intervenientes do processo educativo, em especial os estudantes, os professores e as famílias (Artigo 3 da lei nº 49/2005, de 30 de agosto), pertencendo a sua coordenação, independentemente das instituições que o compõem, ao Ministério da Educação e Ciência (Artigo 19 da lei nº86 – A de 2011).

No que respeita à constituição do sistema educativo fazem parte a educação pré-escolar, destinada a crianças que atingem os cinco anos, o ensino básico, secundário e superior. O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais (2º ano, 3º ano e 4º ano). O ensino secundário é obrigatório e compreende um ciclo de três anos (10º ano, 11º ano e 12º ano) com cursos predominantemente vocacionados para a continuidade de estudos e para a vida ativa, sendo neste caso obtida uma qualificação para efeitos do exercício de atividades profissionais. Por sua vez o ensino superior é opcional e é proporcionado em institutos politécnicos e universidades, de natureza pública, privada, cooperativa e concordatária (Artigo 5, 6, 8, 10 e 12 da lei nº 49/2005 de 30 de agosto). Constituem modalidades específicas de educação escolar a educação especial, voltada para os estudantes com necessidades educativas específicas devido a problemas de saúde, o ensino recorrente de adultos, o qual é dirigido a todos os adultos que não se encontram na idade normal para frequentar o ensino básico e secundário ou que não tenham tido possibilidades de estudar na idade normal de formação, o ensino à distância, sendo este um complemento do ensino regular e uma alternativa de educação escolar, o ensino do português no estrangeiro, o qual visa a inclusão do português nos planos curriculares estrangeiros e a criação e a manutenção de leitorados de português, sob orientação de professores de nacionalidade portuguesa em universidades estrangeiras (Artigo 20, 22, 23, 24 e 25 da lei nº 49/2005 de 30 de agosto). Também fazem parte os cursos de educação e formação, destinados aos jovens com idade igual ou superior a 15 anos que pretendam concluir a escolaridade obrigatória e/ou prosseguir estudos ou formação com vista ao mundo laboral, os cursos de aprendizagem destinados aos jovens entre os 14 e 24 anos que desejem obter uma certificação escolar e profissional, os cursos do ensino artístico voltados para aqueles que tencionem desenvolver as

suas aptidões ou talentos artísticos, e os cursos de especialização tecnológica sendo estas formações pós-secundárias não superiores com vista à especialização científica/tecnológica numa determinada área de formação (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP, 2016). Dados nacionais apontam que em 2015 existiam 1 041 698 estudantes a frequentar o ensino básico, dos quais 976 991 encontravam-se no ensino regular e 64 707 no ensino recorrente e outras modalidades (PORDATA, 2016).

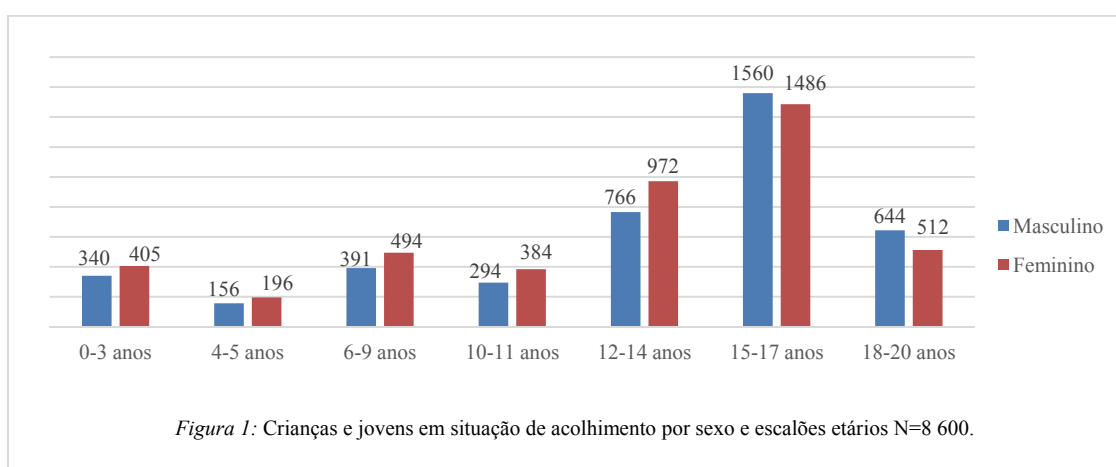
Todavia, e não obstante à diversidade de razões que fazem da escola um contexto de desenvolvimento essencial para o ser humano, a escola convive com indicadores de insucesso (Lima, Miguel, & Rijo, 2012), o qual é entendido como um fenómeno multidimensional que abrange fatores pessoais, sociais, escolares e familiares (Almeida et al., 2005), sendo verificado quando os estudantes não atingem as metas pretendidas dentro do período temporal estabelecido, repercutindo-se em taxa de reprovação e abandono escolar (Almeida et al., 2014). Num estudo desenvolvido por Basturk e Yavuz (2010) em que participaram 96 estudantes com idades compreendidas entre os 17 e 18 anos a discrepância entre a disciplina e o quotidiano dos participantes, a dificuldade das matérias lecionadas, a existência de um preconceito formado em relação às dificuldades das disciplinas, a elevada abstração dos conceitos e a necessidade de memorização foram apontados como fatores que contribuíram para o insucesso. Por sua vez o sucesso escolar é concebido como a razão entre os objetivos que os estudantes pretendem alcançar e os resultados alcançados, tendo uma dimensão multidimensional (domínio académico, sócio-relacional e biopsicológico) e uma vertente subjetiva (Santiago & Tavares, 2001), na medida que difere consoante os critérios que apresentam, sendo os resultados alcançados e a satisfação a si inerentes indicadores de sucesso (Duarte & Silva, 2011). Esta também se depara com o absentismo (Berridge, 2012; Duarte & Silva, 2012), sendo este um fenómeno contínuo ou não no tempo desempenhando o estudante, a escola e a família um fator preponderante para a sua ocorrência (Cavero, 2010). De acordo com González (2006) existe três formas de absentismo, nomeadamente o absentismo devido a atrasos, em que se verifica um atraso sistemático na chegada à escola, o absentismo “de interior”, no qual o estudante encontra-se presente na sala de aula, contudo evita ser visto, e, o absentismo em que os progenitores tentam ocultar as faltas dos filhos. Os fatores subjacentes à sua ocorrência encontram-se a nível pessoal, familiar, económico e social, de que são exemplo a personalidade do estudante, o grupo de pares, a situação económica (Cavero, 2010), a gravidez precoce, o *bullying* (Kearney, 2008), e a ausência de um sentimento de pertença (Brookmeyer, Fanti, & Henrich, 2006).

Outro fenómeno recorrente no sistema de ensino é o abandono escolar, o qual diz respeito à interrupção dos estudos antes de ser atingida a idade legalmente estabelecida para alcançar a escolaridade obrigatória (Alves & Santos, 2008; Justino, 2010). As causas que potenciam o abandono são múltiplas e complexas de que são exemplo a indisciplina, o absentismo, as reduzidas ofertas curriculares, os comportamentos desviantes (Lee & Ip, 2003), o insucesso (Jones et al., 2010; Trigo, 2015), as relações estabelecidas entre os estudantes, a família, a escola e o mercado de trabalho (Albuquerque, Capucha, Estevão, & Rodrigues, 2009) e os problemas psicológicos, nomeadamente uma baixa autoestima e autoconfiança (Chambers, Dunn, & Rabren, 2004). Neste sentido é ainda importante referir o abandono precoce o qual corresponde ao conjunto de indivíduos (18 e 24 anos), que não concluíram o secundário e não se encontram a frequentar um curso de ensino recorrente ou de formação (Almeida et al., 2014). Em Portugal, só em 2015, 15% dos jovens entre os 15-29 anos não se encontravam a frequentar qualquer nível de ensino, formação ou atividade laboral, tendo a maioria abandonado os estudos por volta dos 16 anos (OCDE, 2016).

Tendo em conta a necessidade de se proporcionar um ensino que vá de encontro aos interesses dos estudantes, visando a melhoria do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce, a atratividade do ensino profissional e o ajustamento entre as competências dos estudantes e as necessidades laborais (Direção Geral da Educação, 2016), as escolas disponibilizam um processo de orientação vocacional (Carlson, Hardin, Tran, & Varghese, 2006), sendo este definido e operacionalizado através da distinção entre a exploração diversificada, a qual engloba a aprendizagem global sobre o *self* e o mundo laboral de forma autónoma, e, a exploração específica, que engloba uma aprendizagem mais aprofundada sobre o *self* e o mundo laboral de forma interdependente (Porfeli & Skorikov, 2009). É possível encontrar-se na literatura alguns fatores internos que exercem influência direta no processo de tomada de decisão, de que são exemplo as aspirações, as expectativas de auto-eficácia, o *locus* de controlo, a ansiedade, o género e a indecisão (Byars & Hackett, 1996 citados por Faria, Saavedra, & Taveira, 2008). Também existem evidências da influência de fatores externos neste domínio, nomeadamente a família, o grupo de pares e a escola, sendo aqui ressaltado o papel dos professores, uma vez que se apresentam como as principais figuras motivadoras nos projetos vocacionais dos estudantes (Agência Nacional para a Qualificação, 2009) e a organização da escola. Assim, podemos concluir que a situação escolar está dependente de vários fatores, sendo as relações interpessoais e o envolvimento escolar associados a melhores resultados (Mallet, 2012).

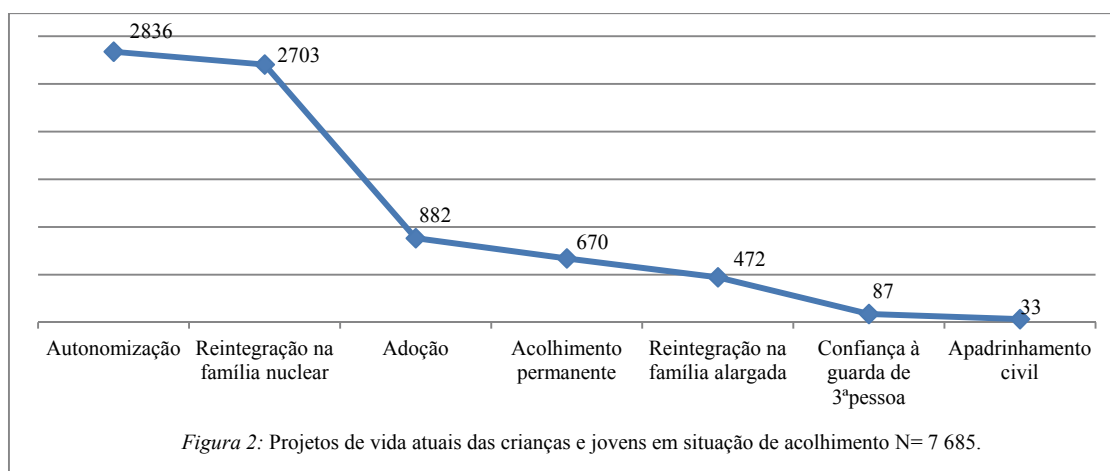
Acolhimento residencial em Portugal e situação escolar da população acolhida

Em Portugal, o acolhimento residencial ainda é bastante significativo. Só em 2015, segundo o relatório CASA, 8 600 crianças e jovens encontravam-se em situação de acolhimento tendo 2 612 cessado a medida. No que respeita à distribuição por género, tal como nos anos antecedentes, continua a evidenciar-se maior prevalência de rapazes (4 449) comparativamente com as raparigas (4 151). Relativamente aos escalões etários, o escalão com idades compreendidas entre os 15-17 anos é o que apresenta maior representatividade (3 046), seguindo-se o de 12-14 anos (1 738), 18-20 anos (1 156), 6-9 anos (885), 0-3 anos (745), 10-11 anos (678), e 4-5 anos (352) (ISS, 2016).

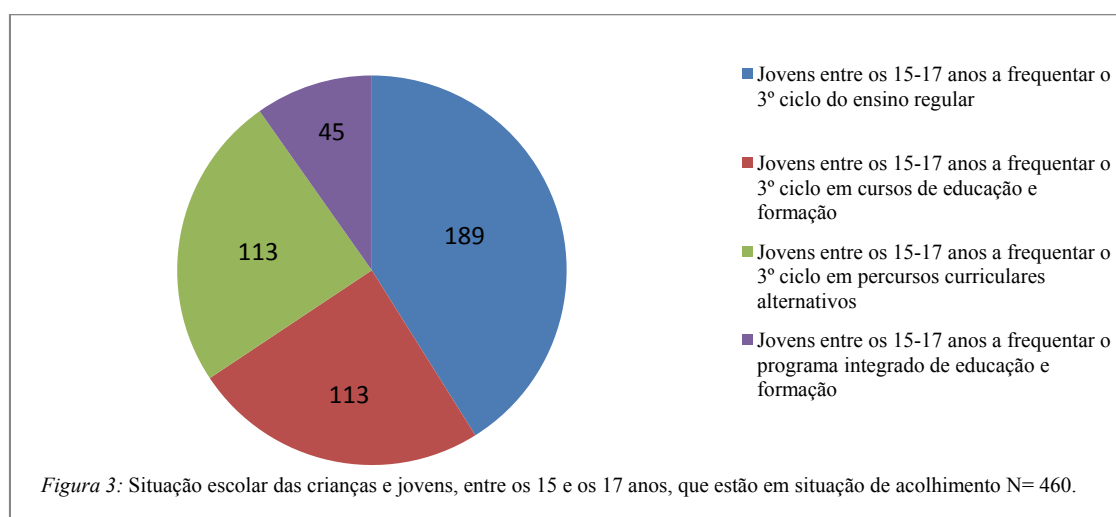


No que concerne às situações de perigo que conduziram ao acolhimento, encontra-se a falta de supervisão e acompanhamento familiar (5 160), seguindo-se os modelos parentais desviantes (2 863), e a negligência ao nível dos cuidados de educação (2 769) e saúde (2 571). Assinala-se ainda a prática de comportamentos de risco (1 333), a ausência temporária de suporte familiar (929), e os comportamentos desviantes (826) (ISS, 2016).

Relativamente aos projetos de vida, 7 685 crianças e jovens tinham um projeto delineado, em que os mais representativos referiam-se à autonomização, abrangendo esta os jovens impossibilitados de regressar à família, sendo por isso necessário prolongar a medida de acolhimento (2 838), a reintegração na família nuclear (2 703) e a adoção (882). Os projetos com menor expressão foram o acolhimento permanente - institucional/familiar (670), a reintegração na família alargada (472), a confiança à guarda de terceira pessoa - tutela regulação do exercício das responsabilidades parentais (87) e o apadrinhamento civil (33). Também é importante referir que no mesmo período 913 crianças e jovens estavam sem projeto delineado (ISS, 2016).



Em relação à dimensão escolar, a maioria encontravam-se em idade de escolaridade obrigatória. Relativamente à faixa etária e instrução escolar, 313 crianças entre os 10 e os 11 anos, e 81 crianças entre os 12 e os 14 anos frequentavam o 1º ciclo (42 crianças entre os 10 e 11 anos encontravam-se em currículo alternativo). Por sua vez, 600 jovens encontravam-se a frequentar o 2º ciclo quando o grau escolar equivalente à sua faixa etária se situava no 3º ciclo. Também 32 jovens, entre os 15 e os 17 anos, frequentavam o 1º ciclo, 246 o 2º ciclo e, 2 284 o 3º ciclo e/ou secundário, sendo que, no que respeita a este último, apenas 25% destes jovens se encontrava a frequentar o ensino regular (ISS, 2016). Ainda neste ponto, o mesmo relatório aponta para o elevado investimento em outras ofertas formativas conforme se pode ver no gráfico que se segue.



Ainda no que respeita à dimensão escolar, é de salientar a existência de vários fatores que poderão comprometer o sucesso escolar nesta população, de que são exemplo o baixo envolvimento emocional que apresentam relativamente à escola e às tarefas escolares, sendo este caracterizado pela falta de interesse e desvalorização da escola e da aprendizagem (Trigo,

2015), a ausência de aspirações educativas, as quais têm um valor preditivo no sucesso (Berridge, 2012), as dificuldades no estudo, devido à falta de vontade e de compreensão das matérias (Oliveira, 2014), e a percepção negativa por parte dos funcionários e educadores devido ao historial académico e social que apresentam (Jones et al., 2010). Como consequências deste comprometimento verifica-se a existência de maiores taxas de absentismo (Connelly, & Furnivall, 2013), abandono, baixo nível de escolaridade, instabilidade escolar, devido a medidas de expulsão (Coulombe, Flynn, & Tessier, 2013), faltas disciplinares (Fantuzzo & Perlman, 2007), insucesso escolar (Jones et al., 2010; Trigo, 2015), e maior número de reprovações, em comparação às crianças e jovens que não se encontram abrangidas pela medida de acolhimento (Berridge, 2012; Forsman & Vinnerljung, 2012). Um estudo realizado por Dell’Aglío e Siqueira (2010), onde participaram 155 crianças e jovens acolhidos, com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos, corrobora com os dados supracitados, referindo estes autores a presença de um fraco desempenho escolar e um elevado número de reprovações. Contudo, um outro autor ao observar dois jovens (com idades compreendidas entre os 15 e os 16 anos) em acolhimento residencial na Inglaterra, referiu que embora seja transmitida aos jovens, a importância que a escola representa nas suas vidas, as atitudes dos informantes não correspondem aos valores transmitidos (Berridge, 2012), uma vez que as aspirações que apresentam sobre a dimensão escolar das crianças e jovens poderão influenciar negativamente o seu desempenho escolar (Berridge, 2012; Casas, Malo, & Montserrat, 2013; Coulombe et al., 2013).

Embora a população acolhida possa apresentar maior vulnerabilidade escolar (Berridge, 2012; Connelly & Furnivall, 2013; Vacca, 2008), é necessário garantir-lhes um percurso escolar o mais estável possível, uma vez que estes têm de ultrapassar diversos obstáculos para se integrarem na sociedade, sendo as qualificações escolares facilitadoras desse processo (Hojer & Jackson, 2013). Um estudo que demonstra a importância que a escola apresenta na vida desta população foi desenvolvido por Casas e colaboradores (2013), tendo participado no mesmo 6 338 jovens que passaram pelo Serviço de Apoio aos Jovens em Tutela (ASJTET) entre 1994 e 2012. Considerando os objetivos do estudo que consistiam na exploração da situação atual da população acolhida; a identificação dos fatores facilitadores de processos de emancipação e dos fatores obstrutivos; a avaliação dos recursos e os serviços de apoio segundo a perspetiva dos participantes e realizar propostas de melhoria tendo em conta os desafios futuros, permitiu concluir que a maioria obteve avaliações positivas em relação ao projeto educativo, à emancipação e à situação atual de vida (estavam a viver autonomamente), tendo estes manifestado que se não tivessem sido cuidados pelo ASJET,

sobretudo a nível financeiro, não teriam estudado, não tinham tido suporte para procurarem trabalho e estariam a viver em más condições.

Atendendo ao fato de o domínio escolar se constituir um problema para a população acolhida (Berridge, 2012), é necessário que a escola ultrapasse as dificuldades e os limites que lhe estão associados (Dayrell et al., 2011) de forma a oferecer uma resposta às solicitações atuais da sociedade que requerem que os estudantes possuam capacidades adicionais que lhes permitam ter um futuro com sucesso (López-Zafra & Morales, 2009).

Metodologia

Desenho e método de estudo

Este estudo trata-se de um estudo descritivo simples, uma vez que se pretendeu descrever um fenómeno relativo a uma determinada população de modo a estabelecer as suas características e a conduzir à interpretação dos significados (Fortin, 2009). Relativamente ao método de estudo, este é qualitativo uma vez que queremos compreender e descrever a experiência nos vários domínios. Em particular, neste estudo pretendemos descrever o percurso e a situação escolar dos jovens em acolhimento residencial, tendo como objetivos específicos: (1) explorar o percurso e a situação escolar nesta população específica e (2) identificar os fatores que influenciam o percurso e a situação escolar.

Participantes

A amostra é constituída por 25 jovens (20 do sexo feminino e 5 do sexo masculino) e respetivos gestores de caso, encontrando-se os primeiros em acolhimento residencial em cinco instituições do distrito de Braga. A média de idades é de 15 anos tendo o participante mais novo 12 anos e o mais velho 17. No que concerne ao tempo de acolhimento, dois jovens encontram-se na instituição há menos de um ano, 15 entre um a cinco anos e três há mais de cinco. Os critérios de inclusão para a recolha de dados foram: 1) localização geográfica; 2) o nível de ensino, não tendo sido utilizado nenhum processo de amostragem, pelo facto de termos contactado oito instituições e apenas cinco nos terem dado um parecer favorável. É ainda importante mencionar que não temos informação dos técnicos de cinco jovens, uma vez que os mesmos não procederam à entrega dos respetivos questionários.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo são um questionário semiestruturado dirigido aos gestores de caso e um questionário semiestruturado dirigido aos jovens. O primeiro, é constituído por 37 questões, organizadas em cinco domínios, nomeadamente a informação sociodemográfica do jovem, processo de acolhimento, informação familiar, informação escolar/profissional e projeto de vida/plano individual (Anexo I). Por sua vez, no que respeita ao questionário dirigido aos jovens, este é constituído por 38 questões, divididas por dois domínios que permitem obter informações sociodemográficas do jovem acolhido e uma descrição detalhada a nível escolar (Anexo II). A construção destes instrumentos teve por base os pressupostos utilizados por Casas et al. (2013) num estudo realizado no âmbito dos jovens que passaram por uma situação de acolhimento no Serviço do ASJTET. Neste estudo, o instrumento é organizado em oito domínios principais (o acolhimento residencial; a saída da instituição; a família e os amigos; a formação profissional e trabalho; a condição socioeconómica; a condição atual de vida; os recursos e projetos de vida) e um domínio final para comentários (Casas et al. 2013).

Procedimento de recolha e análise de dados

Inicialmente foi realizado um contato prévio com os representantes das instituições, tendo sido posteriormente estabelecido um protocolo, com as cinco instituições que aceitaram colaborar no estudo, onde constava a pertinência do tema, a população-alvo e a garantia de confidencialidade relativamente à identificação dos participantes (anexo III). Seguidamente conduziu-se o estudo nas referidas instituições, tendo sido, inicialmente, entregue um consentimento informado aos jovens em que constou, de forma clara, entre outros, a descrição do estudo e os procedimentos de investigação (anexo IV). Após este processo, procedemos à aplicação dos mesmos.

Para a análise de dados, recorreremos à análise de natureza temática, sendo os dados obtidos processados através da categorização (anexo V) com o objetivo de dar sentido aos significados contidos nos mesmos. De realçar ainda, que inicialmente pretendíamos efetuar um estudo quantitativo, contudo dado o número reduzido de participantes optamos pela análise qualitativa que para além da informação qualitativa obtida, nos permitiu obter alguns indicadores quantitativos. De modo a validar o estudo, foi realizada a triangulação de fontes, no entanto pela falta de informação não foi possível realizar esta estratégia de validação em todos os domínios. Também foi utilizada a validação por consenso, nomeadamente por

unanimidade, uma vez que foi possível chegar a uma concordância no que respeita à obtenção de categoria

Resultados

Acolhimento residencial

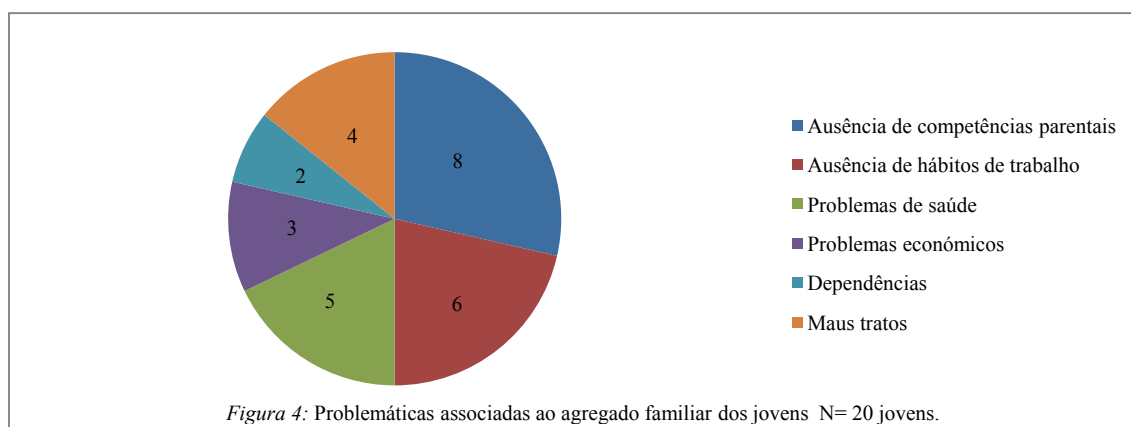
Todos os participantes foram alvo da aplicação da medida de promoção e proteção em acolhimento residencial, encontrando-se em primeiro lugar o Tribunal de Família e Menores (sete medidas), seguindo-se a CNDPCJ (seis), o Tribunal Judicial (dois) e a Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (dois) sendo desconhecida a entidade promotora de oito medidas. No que respeita aos motivos apontados para a aplicação, segundo a informação recolhida junto dos gestores, encontram-se a negligência na prestação de cuidados e acompanhamento (13 situações em que o jovem não apresenta um acompanhamento e é vítima de negligência na prestação de cuidados necessários ao seu desenvolvimento), a exposição a modelos desviantes (três situações em que o adulto responsável potencia no jovem padrões de condutas desviantes), a exposição a maus tratos (duas situações, sendo também incluídas situações de abuso sexual), a transferência de instituição (duas situações em que o jovem foi transferidos da instituição ou da família de acolhimento onde estavam), e a prática de comportamentos desviantes (uma situação em que se verificou o consumo de estupefacientes e outros comportamentos desadequados).

Relativamente ao histórico de situações prévias ao acolhimento atual, os gestores apontam que 13 jovens encontram-se na primeira situação de acolhimento, em contrapartida seis já haviam sido alvo da aplicação da medida. Os motivos subjacentes à transferência de instituição prendem-se com a localização geográfica da família (duas situações em que foram transferidos para instituições mais próximas da família), a prática de comportamentos desviantes (uma) e o acolhimento de irmãos (uma).

Quanto às mudanças positivas que ocorreram após a situação atual de acolhimento, os gestores referem que se encontram ao nível da aquisição de competências educacionais e laborais (10 jovens), estabilidade emocional (9), aquisição de autonomia (6), relacionamento interpessoal (6) e perceção sobre a família de origem (2), dizendo esta última respeito à forma como vêem a família, nomeadamente no que respeita à compreensão e aceitação das problemáticas apresentadas.

Informação familiar

O agregado familiar dos jovens, de acordo com os gestores, é constituído pela família nuclear (oito situações), seguindo-se a família alargada (seis), onde co-habitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade, a família reconstituída (quatro) e a família monoparental (duas). Ainda no que concerne ao agregado, são apontadas diversas problemáticas no que respeita às práticas educativas, nomeadamente a ausência de competências parentais e de hábitos de trabalho, problemas de saúde e económicos, dependências e maus tratos, dizendo as mesmas respeito a mais de uma situação, estando estes dados descritos no seguinte gráfico:



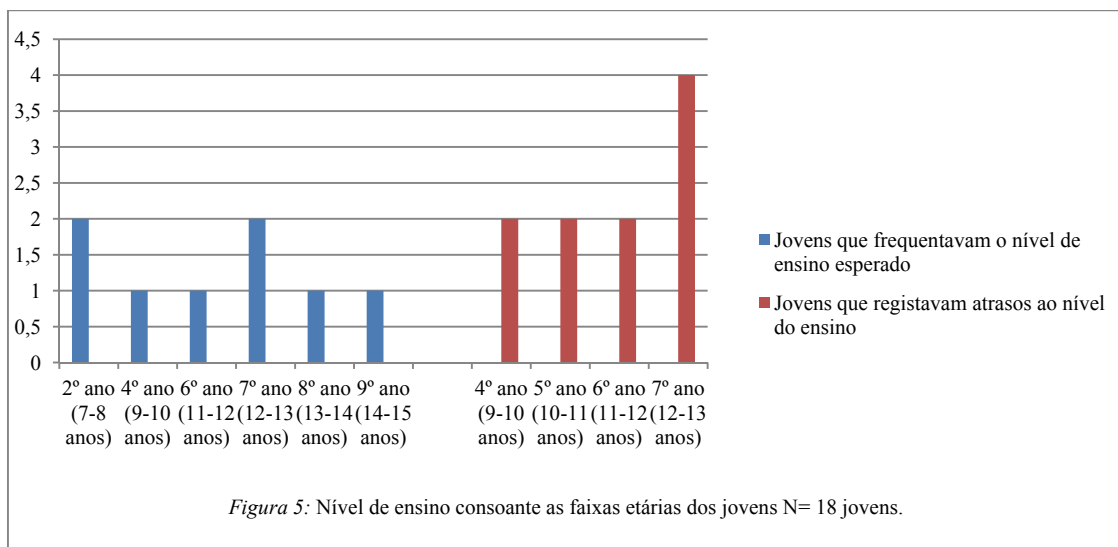
No que concerne às relações familiares, de acordo com os respetivos gestores, sete jovens apresentam relações disfuncionais com a família, sendo visível falhas na definição de papéis, sete apresentam relações afectivas, onde predomina a proximidade, quatro relações conflituosas, dois relações distantes, onde existe pouco contato e um, uma relação de interdependência, estando a progenitora depende emocionalmente da filha e vice-versa.

Relativamente às figuras de referência dos jovens, os gestores apontam os progenitores (para 13 jovens), os irmãos/as e avós (7), os técnicos da instituição (4), os namorados/as (3) e outros elementos familiares (2), sendo que cada figura corresponde a mais de uma situação.

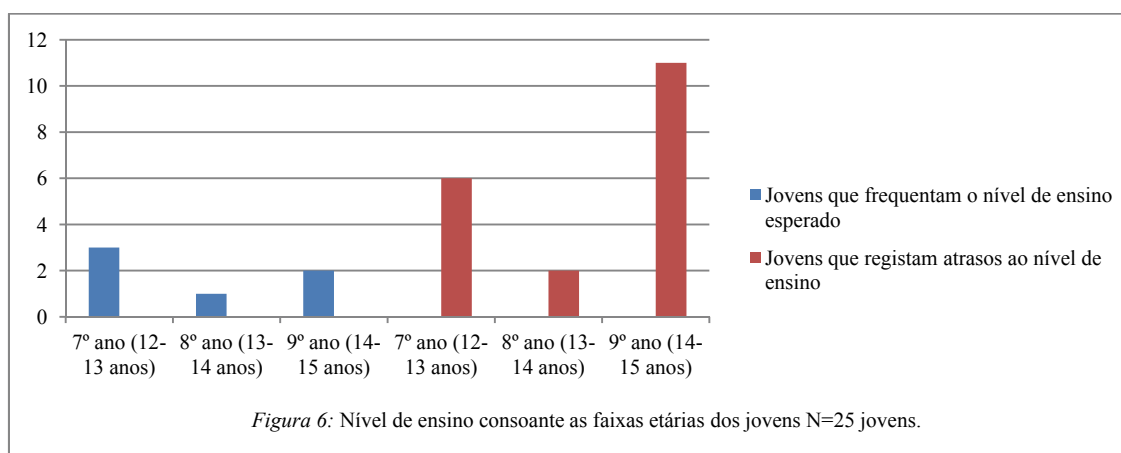
Ainda de acordo com os gestores, no que respeita à reação dos jovens e respetivas famílias à aplicação da medida, 11 reagiram positivamente, aceitando e integrando-se bem nas dinâmicas institucionais e sete reagiram negativamente, sendo estas reações pautadas por dificuldades de adaptação (três situações), rejeição do acolhimento (duas) e sentimentos de raiva e tristeza (duas).

Dimensão escolar

No que se refere à situação escolar dos jovens, aquando o momento de entrada nas respetivas instituições, os gestores referem que oito jovens encontravam-se a frequentar o nível de ensino esperado. Em contrapartida, dez registavam atrasos no currículo escolar. Estes dados podem ser visualizados no gráfico que se segue:



Atualmente, 13 jovens encontram-se a frequentar o sistema de ensino regular e 12, o sistema de ensino recorrente, sendo que destes, 9 frequentam o 7º ano (sete no ensino regular e dois no ensino vocacional), três o 8º ano (regular) e 13 o 9º ano (três no regular e 10 no vocacional), conforme pode ver-se no gráfico seguinte.



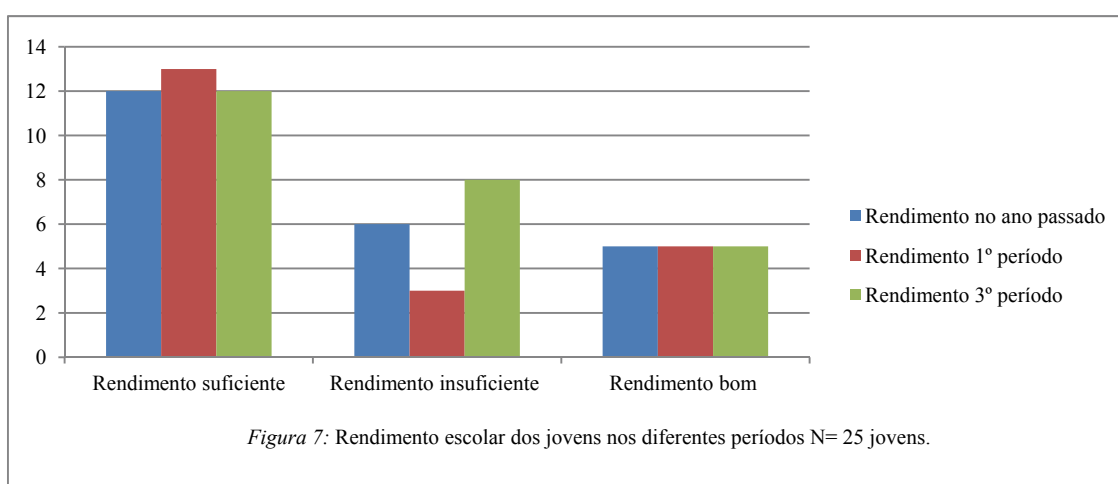
Quanto ao histórico de reprovações, realizando a comparação entre idade e nível de ensino, apenas seis jovens se encontram no nível esperado para a sua idade (três jovens do 7º ano correspondente ao ensino regular, um do 8º ano (regular), e dois do 9º ano, sendo um do ensino regular e um do vocacional), por sua vez 19 encontram-se abaixo do que é esperado

(seis do 7º ano, sendo quatro do ensino regular e dois do vocacional, dois no 8º ano do ensino regular, 11 no 9º ano sendo dois do regular e nove do vocacional).

Relativamente aos critérios que fundamentaram as suas escolhas vocacionais, de acordo com os gestores e os jovens, quatro encontram-se relacionados com o processo de avaliação vocacional, quatro com gostos pessoais e um devido a dificuldades de aprendizagem.

No que respeita ao rendimento escolar no ano 2014/2015, ambos os informantes apontam, 12 casos com um aproveitamento suficiente¹, seguindo-se seis com rendimento insuficiente² e cinco com rendimento bom³, sendo desconhecido o rendimento de dois. No 1º período deste ano, 13 jovens obtiveram um rendimento suficiente, três jovens um rendimento insuficiente e cinco jovens um rendimento bom.

Atualmente, o rendimento mantém-se bom em cinco casos, suficiente em 12 e insuficiente em 8. No gráfico que se segue pode comparar-se o rendimento escolar obtido em cada período avaliado.



Em relação à perceção que os jovens apresentam acerca dos fatores que contribuem para o seu rendimento escolar atual, nove apontam a ajuda prestada por parte de terceiros, dois o pouco empenho nos estudos e um devido a motivações futuras.

*¹ Situações em que o rendimento foi de 50 a 69% não ultrapassando as duas negativas (excluída a disciplina de português e matemática)

*² Situações em que o rendimento foi de 0 a 49%. No 9º ano registaram negativas à disciplina de português e matemática/classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas. No caso do 7º e 8º anos registam-se as situações em que se obteve classificações inferiores a 3 em quatro disciplinas e nelas estejam, cumulativamente, as disciplinas de português e matemática/classificação inferior a 3 em cinco ou mais disciplinas

*³ Situações em que o rendimento foi de 70 a 89% e não tenham sido registadas negativas

Quanto aos hábitos e métodos de estudo, oito jovens mencionam não apresentam hábitos e métodos de estudo e 16 apresentam, sendo os estudos organizados com base em resumos e outras fontes de apontamentos (seis), pelas disciplinas com maior dificuldade (quatro), pela matéria diária lecionada (três), por um plano de estudos (dois) e por manuais e meios digitais (um). Relativamente ao tempo de estudo, 17 estudam entre 1 a 2 horas diárias, cinco superior a 2 horas e dois < 1 hora. No que respeita às dificuldades em contexto escolar, apontam as dificuldades relacionadas com a concentração e compreensão das matérias lecionadas (14) e as dificuldades interpessoais (dois).

A nível de apoio escolar atual ou passado, de acordo com os jovens e gestores, registaram-se 13 situações em que não se verificou qualquer tipo de apoio e oito situações onde o suporte incidiu no apoio ao estudo e quatro situações que usufruem de adequações no processo de avaliação e curriculares, sendo que três dos 25 jovens da amostra apresentam necessidades educativas especiais.

No que concerne ao absentismo escolar, os gestores apontam para dois casos. Contudo, de acordo com os jovens, ao longo do mês anterior à aplicação do estudo, registaram-se algumas situações de ausência à escola (13) recaindo os motivos subjacentes à mesma em motivações pessoais [sete jovens (“Foi 1º dia para ir ter com o meu ex. namorado”)], seguindo-se razões médicas (quatro) e situações de fuga (dois).

Relativamente à perceção pessoal que os jovens apresentam em contexto escolar, nomeadamente as relações estabelecidas com colegas e professores, 19 jovens caracterizam a relação com os professores como sendo positiva (“É boa”), três como razoável (“Mais ou menos, não gosto muito”), três como negativa (“É má, digo o que penso). Com os colegas, seis consideram ter uma relação bastante positiva (“É muito boa”); dois, uma relação razoável (“Tem dias”), e dois, uma relação negativa (“Não gosto de alguns colegas”).

Em relação à perceção que têm sobre si mesmos, em contexto de sala de aula e enquanto alunos, 11 consideram que durante o decurso das aulas exibem um bom comportamento, seis, mau comportamento e três, um comportamento instável, sendo desconhecida a perceção de cinco jovens. Também, nove jovens consideram ser alunos bastante empenhados e interessados, sete empenhados e três desinteressados. Por sua vez os gestores consideram, seis jovens empenhados e cinco desinteressados.

No que concerne ao significado da escola nos projetos de vida dos jovens, seis jovens mencionam que este significado se prende com motivações pessoais, oito com motivações profissionais e escolares, três com motivações de instrução, sendo que dois mencionaram não saber o significado e um referiu não ter significado algum.

Em relação aos objetivos futuros, 17 jovens desejam prosseguir os estudos (três pretendem ir para a universidade e 14 tirar cursos profissionais) e oito pretendem pôr término aos mesmos e trabalhar. No entanto, apenas 14 jovens consideram ter os recursos necessários para atingir os seus objetivos (“Tenho a ajuda dos adultos da instituição”).

Projeto de vida após o término da medida

No que concerne à intenção/proposta da entidade promotora relativamente ao projeto de vida dos jovens, de acordo com os gestores de caso, nove têm projetos que visam a reintegração familiar (nove na família nuclear e um na família alargada), três a autonomização, três o acolhimento permanente e dois a conclusão do percurso escolar. Atualmente os projetos de vida delineados visam a reintegração familiar (16 jovens) e a autonomização (três). Para a implementação destes projetos, os gestores apontam que actualmente estão a ser trabalhadas as dinâmicas familiares com nove famílias, as competências de autonomia com quatro jovens, o percurso escolar com dois jovens e a articulação da instituição com outras entidades responsáveis pela sua proteção, com quatro jovens. Relativamente às dificuldades que podem encontrar no futuro mencionaram as problemáticas familiares (cinco jovens), as dificuldades a nível económico dos jovens (quatro), a instabilidade emocional (quatro) e as dificuldades laborais (quatro). No que concerne às fontes de suporte que os mesmos terão as mesmas incidem nos progenitores (7 jovens), seguindo-se os avós (5) e outras entidades (5), os irmãos (4) e outros elementos familiares (2).

Outros dados

No que concerne às atividades extracurriculares, 14 jovens mencionam participar em algum tipo de atividades. Em primeiro lugar encontram-se as atividades relacionadas com o ensino de arte, das quais se destaca o ensino de instrumentos musicais e dança, seguindo-se o ensino de línguas, sobretudo inglesa, e o desporto. Das atividades extracurriculares salienta-se ainda as atividades comunitárias, de que é exemplo a catequese, os projetos de âmbito social e o escutismo. No que diz respeito à saúde dos jovens, os gestores mencionam que sete apresentam problemas de saúde, encontrando-se atualmente medicados com antipsicóticos, antagonistas dos recetores leucotrienos, antiepiléticos, anti-histamínicos, ansiolíticos sedativos e estimulantes do sistema nervoso central.

Discussão dos resultados

Da aplicação do estudo, foi possível apurar que a medida de promoção e proteção em acolhimento residencial tem sido aplicada, na maioria, pelo Tribunal de Família e Menores e pela CNPDPCJ, o que pode ser explicado pelo volume processual existente na CNPDPCJ referente ao distrito de Braga (3 977 - quinto distrito com mais processos a nível nacional) (CNPDPJCJ, 2016) e pela parceria desta entidade com serviços, organismos e outras entidades públicas e privadas responsáveis pela promoção, proteção e desenvolvimento integral dos direitos das crianças e dos jovens (Bolieiro & Guerra, 2009; CNPDPCJ, 2016).

Relativamente às principais problemáticas que conduziram ao acolhimento, assim como tem vindo a acontecer a nível nacional, segundo o relatório CASA, o panorama no nosso estudo mantêm-se, sendo a negligência na prestação de cuidados e falta de acompanhamento a problemática mais representativa, o que corrobora com a ausência de competências parentais e de hábitos de trabalho apontados aos agregados familiares do nosso estudo. Embora as problemáticas mais significativas envolvam os progenitores, um número significativo dos nossos jovens vêem os mesmos como as principais figuras de referência, o que vai de encontro à literatura, uma vez que a mesma aponta que embora os jovens possam ser submetidos a situações de perigo por parte dos progenitores, os mesmos podem estabelecer uma vinculação com esses (Conselleria de Justicia i Benestar Social, 2011), o que implica que, por exemplo, os técnicos tenham uma necessidade acrescida de desenvolver relações estáveis e afectivas com os jovens (Matos & Mota, 2008), sendo figuras disponíveis preocupadas e atentas (Guedeney, 2004), de modo a constituírem-se uma figura significativa para os mesmos e, assim, procurar reforçar o sentimento de pertença dos jovens (Ijzendoorn, Janssens, Schuengel, Zegers (2006), reduzir a vulnerabilidade existente no que concerne ao risco (Matos & Mota, 2008) e promover o seu desenvolvimento integral (Batista, Marques, Oliveira, Silva, & Soares et al., 2010; Carvalho e Manita, 2010). Contudo, é também de salientar a necessidade de serem trabalhadas competências parentais de modo a que após o acolhimento possam reintegrar-se num ambiente familiar seguro (ISS, 2005), uma vez que estar inserido no mesmo constitui um fator de protecção bem como de organização interna (Magalhães, 2005).

No que concerne à reacção dos jovens e respetivos agregados familiares face ao acolhimento residencial os mesmos apresentam uma reacção positiva. Estes resultados diferem do que habitualmente é apresentado na literatura, como no estudo de Carvalho e Manita (2010), que refere que os jovens no momento inicial do acolhimento reagem negativamente ao mesmo. Ainda que não seja possível discriminar com exatidão os motivos

subjacentes às reações positivas, consideramos que este resultado possa, em parte, ser explicado pela mudança de paradigma que se tem vindo a assistir, o qual passa de uma lógica de intervenção assistencialista para uma lógica de intervenção técnica e terapêutica, onde se procura proporcionar um contexto mais próximo ao familiar (Del Valle & Zurruta, 2004) e satisfazer as necessidades da população acolhida, tendo em conta os objetivos a atingir (Barbosa-Ducharne, Del Valle, & Rodrigues, 2013). Neste ponto, ainda devemos considerar que este aspeto apenas foi explorado na perspetiva dos gestores.

Ainda que a literatura evidencie que os jovens em acolhimento residencial tendem a apresentar dificuldades relacionais, educacionais, comportamentais, e emocionais (Soares et al., 2010), o nosso estudo os jovens, desde que entraram para a instituição, apresentam competências educacionais, sociais e emocionais, o que significa que estes adquiriram uma série de competências, em diversas áreas, o que reflecte o efeito positivo da medida para os mesmos.

Relativamente à situação escolar actual, tal como a literatura aponta no que respeita ao insucesso desta população (Kimm et al., 2009; Mathiesen & Sullivan, 2010; Berridge, 2012; Cameron & Jackson, 2012; Connelly e Furnivall, 2013; Coulombe et al., 2013; Font & Maguire-Jack, 2013; OECD, 2016), é notório a existência de elevadas taxas de reprovações, sendo estas superiores em jovens que frequentam o ensino vocacional, o que pode estar relacionado com a situação escolar aquando o acolhimento, uma vez que nesse momento já era evidente uma discrepância no que respeita à faixa etária e nível de ensino, contudo a mesma também poderá ser devida ao facto de ser desconhecida a situação de sete jovens. Contudo, no que concerne ao desempenho escolar actual, a maioria dos jovens obtiveram um bom desempenho, o que não corrobora com alguns estudos, como por exemplo o estudo de Dell'Aglio e Siqueira (2010) que constatou baixo desempenho escolar entre os jovens em acolhimento residencial. É igualmente importante mencionar que no presente estudo a maioria dos jovens frequentavam o ensino vocacional, o que vai de encontro à literatura que aponta esta modalidade de ensino com uma solução para estes jovens (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, 2014). Apesar de ser expectável que o apoio ao nível escolar se repercuta em resultados positivos, no nosso estudo isso não se verificou, uma vez que a maioria dos jovens com apoios apresenta resultados negativos. Também é importante mencionar que esta maioria frequenta o ensino regular o que demonstra com mais ênfase o facto dos ensinos vocacionais serem uma solução. Também é de salientar que as ambições futuras dos jovens passam pela continuidade dos estudos.

Relativamente aos projetos de vida, no estudo visam apenas a reintegração familiar e a autonomização, tendo o primeiro uma maior representatividade, o que não vai de encontro ao panorama nacional, uma vez que o mesmo aponta a autonomização como o projeto mais representativo, seguindo-se a reintegração familiar (ISS, 2016). Este estudo aponta ainda, que de acordo com a perceção dos gestores, as problemáticas familiares, sobretudo relacionadas com o consumo de álcool, constituirão a principal dificuldade que os jovens encontrarão na realização destes projetos e que a fonte de suporte mais significativa será os progenitores.

Atendendo à variável saúde, é importante referir que no presente estudo a presença de patologia não está associada a um fraco desempenho escolar, tendo em conta que os jovens com patologias apresentam resultados positivos, o que não vai de encontro à literatura, uma vez que a mesma aponta que os problemas de saúde exercem uma influência negativa nos resultados escolares (Jones et al., 2010; Izidoro et al., 2014).

Considerações finais e limitações do estudo

O presente estudo demonstra que o acolhimento residencial tem surtido um efeito positivo para os jovens, na medida que os mesmos têm adquirido um conjunto de competências essenciais ao seu desenvolvimento. No entanto, é necessário investir no desenvolvimento e aprimoramento de competências, sobretudo a nível escolar uma vez que a escola pode apresentar um efeito positivo no futuro destes jovens. Ainda neste sentido, apesar de actualmente o número de desempenhos positivos ser superior aos desempenhos negativos, é necessário ter em consideração que a maioria continua a apresentar classificações negativas em pelo menos duas disciplinas, o que evidencia que devem ser trabalhadas algumas estratégias para alterar este panorama. Do mesmo modo devem ser trabalhadas as competências parentais, para que os jovens possam ser reintegrados nas famílias, uma vez que este contexto age como um fator de protecção e organização interna, quando devidamente estruturado, bem como as competências de autonomia com vista a facilitar a integração dos jovens na sociedade.

Ainda que o estudo tenha permitido uma visão sobre as três dinâmicas abordadas, com maior enfoque na dimensão escolar, estes resultados não nos permitem ter uma visão generalizada acerca desta problemática, tendo em conta o número reduzido de participantes, devendo por isso ser realizados estudos longitudinais, com uma amostra superior e com outros instrumentos que permitam complementar a informação recolhida, uma vez que em alguns momentos o questionário se mostrou insuficiente. Também consideramos ser uma mais-valia realizar estudos centrados na exploração de estratégias, que visem melhorar o domínio escolar

nesta população específica, uma vez que o presente estudo evidencia que o apoio prestado neste domínio não tem surtido efeitos positivos.

Referências bibliográficas

- Alberto, I. (2008). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & A. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de crime* (pp. 209-227). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I., Faria, S., Salgueiro, G., & Trigo, R. (2008). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Perceções em torno das vivências de institucionalização*. Braga. Doi: <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12930/1/As%20narrativas%20de%20adolescentes%20institucionalizadas.pdf>.
- Alberto, M., & Trigo, L. (2010). As múltiplas faces da institucionalização de crianças e jovens: risco e/ou oportunidade? In A. Almeida & N. Fernandes (Eds.), *Intervenção com crianças, jovens e famílias* (pp. 125-143). Coimbra: Almedina.
- Albuquerque, J., Capucha, L., Estevão, P., & Rodrigues, N. (2009). *Mais Escolaridade realidade e ambição. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- Alvarez, D., Castro, J., Costa, M., & Maced, P. (2015). Avaliação da atividade das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens (2015). Lisboa: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (2016). *Jovens*. Retrieved from <http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&back=1&codigono=56225802AAAAA>
- Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (2009). *Manual de exploração vocacional*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- Almeida, L., Alves, M., Dantas, J., Gomes, C., Gomes, F., Marques, L., Nogueira, E., Paulo, E., Pereira, T., Ribeiro, I., Rocha, A., Sá, C., Sampaio, M., & Santos, F. (2005). Sucesso e Insucesso escolar no ensino básico: relevância de variáveis sócio-familiares e escolares em alunos do 5º ano. Braga. Doi: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4206/1/433.pdf>.
- Almeida, S., Batista, S., Franco, L., Justino, D., Pascueiro, L., & Santos, R. (2014). *Atlas da educação - Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso Portugal, 1991-2012*. Lisboa: CESNOVA.
- Almeida, S., Ferreira, A., & Soares, D. (2010). Percursos vocacionais e vivências académicas: O caso dos alunos maiores de 23 anos. *Psicologia, Educação e Cultura*, 14(1), 203-214.

- Amorim, D. (2011). *Laços Familiares, consequências e desafios na situação de menores em risco*. Viseu: Psicossoma.
- Atalaia, S., Cunha, V., & Wall, K. (2013). *Portugal Social de A a Z – temas em aberto*. Paços de Arcos: Expresso.
- Atalaia, S., Cunha, V., & Karin, W. (2013). Família. In L. Cardoso., P. Magalhães & M. Pais (Eds.), *Portugal social de A a Z: temas em aberto* (pp. 70-78). Paço de Arcos: Impresa Publishing/ Express.
- Attar-Schwartz, S. (2008). Emotional, behavioral and social problems among Israeli children in residential care: A multi-level analysis. *Children and Youth Services Review, 30*(1), 229–248.
- Alves, J., & Santos, A. (2008) Caminhos para a saída. Fatores que contribuem para o abandono escolar do ensino secundário em escolas de Vila Nova de Gaia: A perspectiva dos jovens. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional, 7*, 89-106.
- Barbosa-Ducharme, M., Del Valle, F., & Rodrigues, S. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución Española. *Papeles del Psicólogo, 34*(1), 11-12.
- Bardin, L. (2013). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berridge, D. (2012). Educating young people in care: What have we learned? *Children and Youth Services Review, 34*(6), 1171-1175.
- Bakermans-Kranenburg, M., Dobrova-Krol, N., Edmund, S., Gunnar, M., Ijzendoorn, M., Juffer, F., Le Mare, L., McCall, R., Palacios, J., Sonuga-Barke, E., & Vorria, P. (2011). Children in institutional care: delayed development and resilience. *Monographs of the society for research in child development, 76*(4), 8-30.
- Baptista, J., Marques, S., Oliveira, A., Soares, I., & Silva, J. (2010) Uma perspectiva desenvolvimental sobre o impacto da institucionalização e da adoção em crianças. In C. Machado (Eds.), *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp. 45-80). Braga: Psiquilíbrios.
- Barker, D., Brendgen, M., Boivin, M., Lier, A., Tremblay, E., & Vitaro, F. (2012). Peer Victimization, Poor Academic Achievement, and the Link Between Childhood Externalizing and Internalizing Problems. *Child Development, 83*(5), 1775-1788.
- Barth, R., Chapman, M., & Wall, A. (2004). Children's voices: The perceptions of children in foster care. *American Journal of Orthopsychiatry, 74*(3), 293-304.

- Basturk, S., & Yavuz, I. (2010). Investigating casual attributions of success and failure on mathematics. Instructions of students in turkish high schools. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 1940-1943.
- Bolieiro, H., & Guerra, P. (2009). *A Criança e a Família - Uma Questão de Direito(s). Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e dos Jovens*. Coimbra: Almedina.
- Brodie, I. (2009). *Improving educational outcomes for looked after children and young people*. London: C4EO.
- Brookmeyer, A., Fanti, A., & Henrich, C. (2006). Schools, parents, and youth violence: a multilevel, ecological analysis. *Journal of clinical child and adolescent psychology*, 35(4), 504-514.
- Browne, K., Hamilton-Giachritsis, C., & Johnson, R. (2006). Young children in institutional care at risk of harm. *Trauma, Violence & Abuse*, 7(1), 1-26.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Perceções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência nainstituição. Braga. Doi: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/64468/2/90959.pdf>.
- Cameron, C., & Jackson, S. (2012). Leaving care: Looking ahead and aiming higher. *Children and Youth Services Review*, 34(6), 1107-1114.
- Carlson, Z., Hardin, E., Tran, V., & Varghese, P. (2006). Anxiety and career exploration: Gender differences in the role of self-construal. *Journal of Vocational Behavior*, 69(2), 346-358.
- Casas, F., Montserrat, C., & Sisteró, C. (2013). *Estudi sobre l'atenció als joves extutelats: Evolució, valoració i reptes de futur*. Generalitat de Catalunya. Departament de Benestar Social i Família, 21, 11-72.
- Cavero, M. (2010). *Un Estudio de meta- análisis sobre las causas del absentismo escolar y propuestas de prevención e intervención para la educación primaria y secundaria obligatoria*. Zaragoza: Redined.
- Chambers, D., Dunn, C., & Rabren, K. (2004). Variables affecting students decisions to drop out school. *Remedial and Special Education*, 25(5), 314-323.
- Cheung, C., Lwin, K., & Jenkins, M. (2012). Helping youth in care succeed: Influence of caregiver involvement on academic achievement. *Children and Youth Services Review*, 34(6), 1092-1100.
- Comissão nacional de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens. (2016).

- Connelly, G., & Furnivall, J. (2013). Addressing low attainment of children in public care: The Scottish experience. *European Journal of Social Work, 16*(1), 88-104.
- Conselleria de Justicia i Benestar Social. (2011). *El papel del Ámbito Social en el abordaje de Situaciones de Desprotección Infantil*. Valencia: Generalitat Valenciana.
- Coulombe, D., Flynn, J., & Tessier, G. (2013). Placement, protective and risk factors in the educational success of young people in care: Cross-sectional and longitudinal analyses. *European Journal of Social Work, 16*(1), 70-87.
- Daly, D., Huefner, J., Ringle, J., & Thompson, R. (2010). Patterns of movement for youth within an integrated continuum of residential services. *Children and Youth Services Review, 32*(6), 857-864.
- Decreto lei n° 49 de 30 de Agosto da Lei de Base do Sistema Educativo*. Diário da República: I série, No166 (2005). Acedido a 24 maio. 2016. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2005/08/166A00/51225138.pdf>.
- Decreto lei n° 86 de 12 de julho da Presidência do Conselho de Ministros*. Diário da República: I série, No132 (2011). Acedido a 24 maio. 2016. Disponível em <http://webmanager.ipc.pt/mgallery/default.asp?obj=3842>.
- Decreto lei n° 175 de 8 de setembro da Presidência do Conselho de Ministros*. Diário da República: I série (2015). Acedido a 24 maio. 2016. Disponível em <https://dre.pt/application/file/70215160>.
- Dell'Aglío, D., & Siqueira, C. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(3), 407-415.
- Del Valle, F., & Zurita, J. (2004). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid : Pirâmide.
- Direção Geral da educação. (2016). *Psicologia e orientação em contexto escolar*. Retrieved from <http://www.dge.mec.pt/psicologia-e-orientacao-em-contexto-escolar>.
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. (2014). *Cursos vocacionais*. Retrieved from <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/2014/06/cursos-vocacionais/>.
- Duarte, J., & Silva, D. (2012). Sucesso escolar e inteligência emocional. *Millenium, 42*, 67-84.
- Erol, N., Munir, K., Oztop, D., & Simsek, Z. (2007). Prevalence and predictors of emotional and behavioral problems reported by teachers among institutionally reared children and adolescents in Turkish orphanages compared with community controls. *Children and Youth Services Review, 29*(7), 883-899.

- Fantuzzo, J., & Perlman, S. (2007). The unique impact of out-of-home placement and the mediating effects of child maltreatment and homelessness on early school success. *Children and Youth Services Review*, 29(7), 941-960.
- Faria, L., Saavedra, M., & Taveira, C. (2008). Exploração e decisão de carreira numa transição escolar: Diferenças Individuais. *Revista de Orientação Profissional*, 9(2), 17-30.
- Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Artmed.
- Font, K., & Maguire-Jack, K. (2013). Academic engagement and performance: Estimating the impact of out-of-home care for maltreated children. *Children and Youth Services Review*, 35(5), 856-864.
- Forsman, H., & Vinnerljung, B. (2012) Interventions aiming to improve school achievements of children in out-of-home care: a scoping review. *Children and Youth Services Review*. 34(6), 1084-1091.
- Fortin, M. (2009). *O processo de investigação. Da conceptualização à realização*. Loures: LUSOCIÊNCIA.
- Golding, S. (2010). Multi-agency and specialist working to meet the mental health needs of children in care. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 15(4), 573-587.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores, LDA.
- González, M. (2006). Absentismo y abandono escolar: Una situación singular de la exclusión educativa. *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 4(1), 1-15.
- Guedeney, N. (2004). Conceitos-chave da Teoria da Vinculação. In N. Guedeney., & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e Aplicações*. (pp. 33-43). Lisboa: Climepsi Editores.
- Höjer, I., & Jackson, S. (2013). Prioritising education for children looked after away from home. *European Journal of Social Work*, 16(1), 1-5.
- Ijzendoorn, V., Janssens, A. Schuengel, C., & M. Zegers. (2006). Attachment representations of institutionalized adolescents and their professional caregivers: Predicting the development of therapeutic relationships. *Journal of Orthosychiatry*, 3, 325- 334.
- Instituto da Segurança Social. (2005). *Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Instituto da Segurança Social. (2015). *Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* (2015). Lisboa: Instituto da Segurança Social.

- Izidoro, G., Oliveira, T., Reis, V., & Santos, J. (2014) A influência do estado nutricional no desempenho escolar. *Journal education and sciences hearing, language, speech*, 16(5),1541-1547.
- Jones, L., Mathiesen, S., & Sullivan, M. (2010). School change, academic progress, and behavior problems in a sample of foster youth. *Children and Youth Services Review*, 32 (2), 164-170.
- Justino, D. (2010) *Difícil é Educá-los*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Lee, F., & IP, F. (2003). Toung school dropouts: levels of influence of different systems. *Journal of Youth Studies*, 6(1), 89-110.
- Lima., L., Miguel, R., & Rijo, D. (2012). Fatores de risco para o insucesso escolar: A relevância das variáveis psicológicas e comportamentais do aluno. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 46(1), 127-143.
- López-Zafra, E., & Morales, M. (2009). Inteligencia emocional y rendimiento escolar: estado atual de la cuestión. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 41(1), 69-79.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Lisboa: Quarteto.
- Mallet, C. (2012). The School Success Program: Improving maltreated children's academic and school-related outcomes. *Children & Schools*, 34(1), 13-26.
- Martins, C. (2011). *Manual de Análise de Dados Quantitativos com Recurso ao IBM SPSS*. Braga: Psiquilíbrios.
- Matos, P., & Mota, C. (2008). Adolescência e institucionalização numa prespetiva de vinculação. *Psicologia e Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Mathiesen, S., & Sullivan, M. (2010). School change, academic progress, and behavior problems in a sample of foster youth. *Children and Youth Services Review* , 32(2), 164-170.

Anexo I – Questionário semi-estruturado ao gestor de caso

Questionário semi-estruturado ao gestor de caso

Informação Sócio-demográfica

Nome: _____

Género: Feminino Masculino

Idade: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Área de residência da família: _____

Número de telemóvel: _____

1. Processo de Acolhimento/admissão

1.1. Por favor, indique o nome da instituição.

1.2. Por favor, indique a data do acolhimento (dia, mês, ano).

1.3. Por favor, indique a entidade promotora da medida de acolhimento.

1.4. Qual o motivo que a entidade promotora apontou para o acolhimento?

1.5. O jovem já esteve institucionalizado noutra instituição? Em caso afirmativo, identifique qual e a duração do acolhimento. Se possível, aponte as razões para a mudança de instituição.

1.6. Como caracteriza a reação do jovem e do agregado familiar face à medida de acolhimento?

1.7. Qual a intenção/ proposta da entidade promotora relativamente ao projeto de vida do jovem?

2. Informação familiar

2.1. Identifique os elementos do agregado familiar do jovem.

2.2. Caracterize, sumariamente, segundo a sua perspetiva, o agregado familiar de origem do jovem.

2.3. Identifique as práticas educativas do agregado familiar.

2.4. Como caracteriza as relações familiares do jovem?

2.5. Na sua perspetiva quem são as pessoas mais significativas na vida deste jovem.

3. Informação escolar/ profissional

3.1. Qual era a situação escolar do jovem quando entrou para a instituição?

3.2. Qual a escola que o jovem frequenta?

3.3. Em que ano de escolaridade se encontra? E, qual o curso que frequenta? (no caso de ser ensino profissional).

3.4. Relativamente às escolhas vocacionais do jovem identifique os critérios que fundamentaram esta escolha.

3.5. O jovem tem necessidades educativas especiais e/ou usufrui de algum tipo de apoio na escola? Em caso afirmativo, por favor identifique.

3.6. Caraterize a atual situação escolar do jovem em termos de: aproveitamento escolar; absentismo escolar.

3.7. Ainda em relação ao domínio escolar, descreva os hábitos e métodos de estudo do jovem.

3.8. Como descreve o seu comportamento em contexto escolar? (comportamento dentro da sala de aula, participação, assiduidade e pontualidade, ...)

3.9. De que forma o jovem vê a escola?

4. Projeto de Vida/Plano Individual

4.1. Qual o projeto de vida definido para o jovem?

4.2. Quais as estratégias a serem utilizadas para a implementação desse projeto?

4.3. Na sua perspetiva, quais poderão ser as fontes de suporte que o jovem terá nesta fase de vida?

4.4. Quais as dificuldades que encontrará?

5. Outras informações

5.1. Descreva se o jovem apresenta algum problema de saúde

5.2. Toma alguma medicação? Qual?

5.3. Identifique as atividades extra-curriculares ou comunitárias em que o jovem está envolvido?

5.4. Como ocupa habitualmente o seu tempo livre?

5.5. Que mudanças (positivas ou negativas) identifica no jovem desde o momento da entrada instituição?

5.6. Outros dados que considere relevantes acerca do jovem.

Obrigado pela sua colaboração

Anexo II - Questionário semi-estruturado ao jovem



Questionário semi-estruturado ao jovem

Informação Sóciodemográfica

Nome: _____

Género: Feminino Masculino

Idade: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Área de residência da família: _____

1. Contexto escolar

1.1. Em que estabelecimento estudas?

1.2. Que ano frequentas?

1.3. Identifica o sistema de ensino que frequentas – regular ou profissional.

1.4. Identifica a área ou curso que frequentas.

1.5. Como se processou a escolha da área ou curso que frequentas?

1.6. Quais são as disciplinas que frequentas?

1.7. Quais as disciplinas de que mais gostas?

1.8. Quais as disciplinas de que menos gostas?

1.9. Quem são os professores de que mais gostas?

1.10. Quem são os professores de que menos gostas?

1.11. Já alguma vez reprovaste? No caso de a resposta ser afirmativa em que ano(s) foi?

1.12. Como descreves o teu rendimento escolar atual? (Identifica as classificações obtidas nas diversas disciplinas e faz uma apreciação global)

1.13. Como descreves o teu rendimento escolar no 1º período deste ano letivo? (Identifica as classificações obtidas nas diversas disciplinas e faz uma apreciação global)

1.14. Como foi o teu rendimento escolar no ano passado? (Identifica as classificações obtidas nas diversas disciplinas e faz uma apreciação global)

1.15. A que atribuis o teu desempenho/ rendimento escolar atual?

1.16. Em média, quanto tempo estudas por dia?

1.17. Como organizas o teu estudo?

1.18. Quais as principais dificuldades que consideras ter na escola?

1.19. No passado ou no presente recebeste algum tipo de apoio na escola? Em caso afirmativo descreve qual.

1.20. Se não tens/ tiveste, que tipo de apoio consideras que deverias ter?

1.21. No último mês faltaste à escola? Se sim, indica o motivo.

1.22. Na última semana faltaste à escola? Se sim, indica o motivo.

1.23. Como descreves a tua relação com os professores?

1.24. E com os teus colegas?

1.25. Como te descreves em contexto de sala de aula?

1.26. De um modo geral como te descreves enquanto aluno?

1.27. Que significado tem a escola no teu projeto de vida?

1.28. No caso de estares inscrito num curso qual a importância deste no teu projeto de vida?

1.29. O que pretendes fazer no futuro em termos escolares/profissionais?

1.30. Como avalias os recursos e apoios que tens disponíveis para atingir esses objetivos? Se não tens, o que gostarias de ter?

1.31. Participas em alguma atividade extra-curricular? Qual?

1.32. Se tens alguma observação que queiras fazer em relação ao teu rendimento escolar por favor utiliza este espaço para fazê-lo.

Obrigado pela tua colaboração

Anexo III - Carta de informação sobre o estudo

Carta de Apresentação

Ex.^{mo} (a) Senhor^(a)

O meu nome é Sílvia Ferreira e encontro-me a frequentar o 2º ano do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional de Braga. Neste âmbito estou a realizar um estudo intitulado “A situação escolar dos jovens com medidas de promoção e proteção em acolhimento residencial”.

Este estudo tem por objetivo caracterizar o percurso e situação escolar destes jovens de modo a perceber a que se deve o seu rendimento escolar. Assim, gostaríamos de contar com a participação dos jovens em acolhimento residencial.

Os participantes deverão preencher, na totalidade, uma Entrevista Semiestruturada dirigida aos gestores de caso e aos jovens entre o 7º e o 9º ano de escolaridade. O preenchimento do referido instrumento deverá ser realizado em pequeno grupo (máximo 10 participantes) e terá uma duração estimada de 20 minutos.

Este estudo mostra-se indiretamente benéfico para os participantes na medida em que será útil no sentido de promover um maior conhecimento nesta área favorecendo assim uma melhor intervenção futura.

A participação neste estudo não implica potenciais riscos ou custos para os participantes e é garantido que todos os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial. Os resultados estarão à disposição dos participantes a pedido dos mesmos.

Contactos:

Sílvia Ferreira (Silviadrmf@hotmail.com)

Profª Dr.ª Armanda Gonçalves (docente orientadora), armanda.braga@gmail.com

Anexo IV - Consentimento informado dirigido aos jovens

Consentimento Informado

No âmbito da realização da tese de mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, na Universidade Católica Portuguesa, encontro-me a realizar um estudo intitulado “A situação escolar dos jovens com medidas de promoção e proteção em acolhimento residencial” e venho por este meio solicitar a sua participação neste estudo.

Para tal convido a preencher, na totalidade, um questionário semiestruturado dirigido aos gestores de caso e aos jovens entre o 7º e o 9º ano de escolaridade. Este estudo mostra-se indiretamente benéfico para os participantes na medida em que o referido estudo será útil no sentido de promover um maior conhecimento nesta área favorecendo assim uma melhor intervenção futura.

A participação no estudo não implica potenciais riscos ou custos para os participantes, sendo garantido que todos os dados recolhidos no decorrer deste estudo serão tratados de forma confidencial. Posteriormente os resultados estarão à disposição dos participantes a pedido dos mesmos.

A escolha de participar neste estudo é totalmente voluntária, sendo que os participantes que aceitem fazer parte do mesmo são livres de se retirarem a qualquer momento, sem qualquer consequência para os próprios.

Contactos:

Sílvia Ferreira (Silviadrmf@hotmail.com)

Profª Dr.ª Armanda Gonçalves (docente

orientadora), armanda.braga@gmail.com

Consentimento Informado

Reconheço que os procedimentos de investigação descritos na carta anexa me foram explicados e que me responderam de forma satisfatória a todas as minhas questões. Compreendo as vantagens de participar neste estudo e que sou livre de participar no mesmo ou não. Mais, compreendo que sou livre de retirar-me do estudo a qualquer momento, sem quaisquer consequências para mim.

Assinatura do participante: _____

Data: ___/___/_____

Para qualquer questão contactar

A investigadora: Sílvia Ferreira (Silviadrmf@hotmail.com)

A docente orientadora: Prof^ª Dr^ª. Armanda Gonçalves (armanda.braga@gmail.com)

Anexo V – Categorização

	Jovem	Gestor de Caso
Crítérios para escolha da área ou curso que frequenta	<p>Avaliação vocacional:</p> <p>J1- Fui aconselhada e porque quis</p> <p>J3- Escolha minha e das técnicas</p> <p>J21- Foram os professores</p> <p>J22- Escolhido pelo orientador</p> <p>Gosto pessoal:</p> <p>J4- Opção minha</p> <p>J7- Uma área que eu preferi ir</p> <p>J16- Porque eu gosto</p> <p>J23- Gosto de desenho</p> <p>Dificuldades de aprendizagem:</p> <p>J20- Dificuldades de aprendizagem com duas retenções</p>	<p>Avaliação vocacional:</p> <p>J1- Existe uma avaliação vocacional e um processo de tomada de decisão pela jovem com a psicóloga</p> <p>J3- Aptidão mais profissionalizante</p> <p>Gosto pessoal:</p> <p>J4- Interesse e gosto pela área</p> <p>J7- Gostava de ir</p> <p>J16- Gosto pessoal</p>
Rendimento escolar actual	<p>Bom (70 a 89%, sem negativas):</p> <p>J3- As notas foram boas</p> <p>J7- Bom</p> <p>J13- Bom</p> <p>J17- Boas notas, nenhuma negativa</p> <p>J23- Boas notas</p> <p>Suficiente (50 a 69%, não ultrapassando as duas negativas):</p> <p>J9- Só uma negativa</p> <p>J10- Razoável</p> <p>J14- Duas negativas</p> <p>J15- Só uma negativa</p> <p>J16- Razoável. Nenhuma negativa.</p> <p>J19- Duas negativas</p> <p>J20- Duas negativas</p> <p>J22- Duas negativas</p> <p>Insuficiente (0 a 49%, no 9º ano registam-se negativas à disciplina de português e matemática/classificação</p>	<p>Bom (70 a 89%, sem negativas):</p> <p>J3- Revela aproveitamento bom</p> <p>J7- Transitou sem negativas</p> <p>J13- Bom</p> <p>J17- Terminou curso com sucesso</p> <p>Suficiente (50 a 69%, não ultrapassando as duas negativas):</p> <p>J1- É satisfatório</p> <p>J2- Satisfatório</p> <p>J6- Rendimento satisfatório</p> <p>J9- Aproveitamento satisfatório</p> <p>J10- De forma geral foi satisfatório</p> <p>J11- Satisfatório</p> <p>J14- Cumpriu os objetivos satisfatoriamente</p> <p>J15- É normal</p> <p>J16- É satisfatório</p> <p>J19- Satisfatório com duas negativas</p> <p>J20- Apesar das dificuldades é uma</p>

Rendimento escolar 1º período	<p>inferior a 3 em três ou mais disciplinas. No caso do 7º e 8º anos registam-se as situações em que se obteve classificações inferiores a 3 em quatro disciplinas e nelas estejam, cumulativamente, as disciplinas de português e matemática /classificação inferior a 3 em cinco ou mais disciplinas): J9- 6 negativas J12- 5 negativas J14- Muito mau J24- Mau J25- Péssimo</p> <p>Bom (70 a 89%, sem negativas): J3- As notas foram boas J11- Bom J13- Bom J17- Boas notas, nenhuma negativa J21- Igual ao primeiro</p>	aluna satisfatória
	<p>Suficiente (50 a 69%, não ultrapassando as duas negativas: J1- Satisfaz J4- Normal com uma negativa J5- Aproveitamento que satisfaz J6- Satisfatório J8- Uma negativa J9- Razoável J12- É satisfatório J15- Só uma negativa J16- Razoável. Nenhuma negativa. J19- Satisfaz J20- Duas negativas J21- Suficiente para passar J23- Satisfaz</p>	<p>Insuficiente (0 a 49%, no 9º ano registam-se negativas à disciplina de português e matemática/classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas. No caso do 7º e 8º anos registam-se as situações em que se obteve classificações inferiores a 3 em quatro disciplinas e nelas estejam, cumulativamente, as disciplinas de português e matemática/classificação inferior a 3 em cinco ou mais disciplinas): J9- Transitou com cinco negativas J12- Baixo rendimento J14- Ficou retida J15- Pouco aproveitamento escolar J17- Inferior à média J18- Inferior à média</p>
	<p>Insuficiente (0 a 49%, no 9º ano registam-se negativas à disciplina de português e matemática/classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas. No caso do 7º e 8º anos registam-se as situações em que se obteve classificações inferiores a 3 em quatro disciplinas e nelas estejam, cumulativamente, as disciplinas de português e matemática/classificação</p>	

	inferior a 3 em cinco ou mais disciplinas):
	J9- Maioria negativas
	J14- Três negativas
	J15- Mau com várias negativas
	Bom (70 a 89%, sem negativas):
	J2- As notas foram boas
	J7- Muito bom
Rendimento no ano	J17- Bom
letivo anterior	J11- Bom
	J23- Bom
	Suficiente (50 a 69%, não ultrapassando
	as duas negativas:
	J6- Razoável
	J10- Razoável
	J14- Duas negativas
	J15- Deu para passar
	J16- Bom com uma negativa
	J17- Suficiente
	J18- Satisfaz
	J20- Duas negativas
	J21- Suficiente
	J22- Satisfatório
	J24- Satisfaz com uma negativa
	J25- Notas suficientes
	Insuficiente (0 a 49%, no 9º ano
	registam-se negativas à disciplina de
	português e matemática/classificação
	inferior a 3 em
	três ou mais disciplinas. No caso do 7º e
	8º anos registam-se as situações em que
	se obteve classificações inferiores a 3 em
	quatro disciplinas e nelas estejam,
	cumulativamente, as disciplinas de
	português e matemática/classificação
	inferior
	a 3 em cinco ou mais disciplinas):
	Insuficiente (0 a 49%, no 9º ano
	J1- Mau
	J3- Péssimo
	J4- Quatro negativas
	J5- Péssimo
	J7- Mau
	J8- Muito mau

Atribuição do desempenho escolar	Ajuda prestada por terceiros:	J1- Ajuda por parte do colégio ao meu estudo	J2- Ajuda do colégio	J3- Devido às explicações	J7- Professores	J9- Estudo com outros	J19- Equipa do lar	J21- Sala de aula	J22- Técnicos	J24- Técnicos														
	Pouco empenho:	J4- O meu rendimento este ano está mal porque faltei bastantes vezes às aulas	J5- O meu rendimento escolar está mais ou menos	Motivações futuras:	J6- Querer ter um futuro	Resumos e outras fontes de apontamentos:	J1- Fazendo resumos	J7- Resumos	J10- Leio os cadernos	J12- Tópicos do que dei	J22- Resumo a matéria	J23- Ler o caderno	Disciplinas com maior dificuldade:	J3- Disciplinas	J4- Disciplinas	J5- Maior dificuldade nas disciplinas	J8- Disciplinas com mais dificuldade	Matéria diária leccionada:	J2- O que dei	J6- Matéria que dei no dia	J16- Estudo o que aprendi hoje	Plano de estudos previamente traçado:	J20- Plano de estudos	J21- Através do plano
	Hábitos e métodos de estudo	Apresenta hábitos e métodos de estudo:	J1- Sim, tem métodos diários	J3- Sim, empenhada e interessada	J4- Sim, estudo diário	J5- Sim, tem horas de estudo diário	J6- Sim, com mais empenho nas que gosta	J7- Sim, com organização	J8- Sim, tem hábitos mas falta de interesse	J10- Sim, é organizado	J11- Sim, é organizada	J12- Sim, uma hora	J14- Sim mas falta de concentração	J16- Sim, uma hora de estudo diário	J17- Sim, organiza o tempo	J3- Estar atenta								

	<p>Manuais e meios digitais:</p> <p>J2- Livros e internet</p>	
	<p>Dificuldades relacionadas com a concentração e compreensão das matérias leccionadas:</p> <p>J3- Estar atenta</p> <p>J4- Compreender</p> <p>J5- Dificuldades a matemática</p> <p>J6- Compreensão</p> <p>J7- Compreender as disciplinas</p> <p>J9- Compreender a disciplina</p> <p>J12- Atenção</p> <p>J13- Atenção nas aulas mais teóricas</p> <p>J15- Compreensão</p> <p>J16- Concentração</p> <p>J21- Estar atenta</p> <p>J22- Estar atento</p> <p>J23- Manter a atenção</p> <p>J25- Compreender algumas matérias</p>	
Principais dificuldades na escola		
	<p>Dificuldades interpessoais:</p> <p>J8- Não me dou bem com os professores</p> <p>J19- É com os colegas</p>	
	<p>Apoio ao estudo:</p> <p>J1- Matemática</p> <p>J4- Português e Matemática</p> <p>J5- Matemática e Português</p> <p>J6- Matemática e Português</p> <p>J7- Matemática</p> <p>J15- Matemática, Português e a fazer os trabalhos de casa</p> <p>J18- Matemática, Inglês e Português</p> <p>J20- Matemática, Português e Inglês</p>	<p>Apoio ao estudo:</p> <p>J1 – Apoio individualizado</p> <p>J5- Português e Matemática</p> <p>J6 – Português e Matemática</p> <p>J18- Português e Inglês</p> <p>J20- Português, Inglês e Matemática</p>
Qual o apoio prestado		
	<p>Adequações no processo de avaliação e curriculares:</p> <p>J3- Apoio especial</p>	<p>Adequações no processo de avaliação e curriculares:</p> <p>J16- Adequações no processo de avaliação e curriculares</p> <p>J17- Adaptações curriculares</p> <p>J19- Adaptações curriculares</p>
	<p>Motivações pessoais:</p> <p>J2 – Para ir ter com o meu ex namorado</p> <p>J5- Porque não gosto da escola</p> <p>J10- Porque queria</p>	

**Motivo para a
ausência na escola**

J11- Faltei no último dia de aulas no
último bloco. Não queria ver drama
J21- Apeteceu-me
J22- Porque quis

Razões médicas:

J15- Ir ao médico
J20- Porque tive consulta no hospital
J23- Médico
J25- Centro de saúde

Situações de fuga:

J9- Porque fugi
J12- Estava fugida

Bom comportamento:

J1- Boa aluna
J3- Bem comportada
J4- Calma
J8- Atenta
J13- Bem comportada
J14- Boa
J18 – Maravilha
J19 – Melhor comportamento
J21- Bom comportamento
J23 – Atento
J24- Adequada

**Como se descreve
em contexto de sala
de aula**

Comportamento instável:

J10- Depende dos dias, tem dias
que sou sossegada e outros que tou
sempre na brincadeira
J15- Um pouco distraída
J20 – Se os conteúdo me interessam
fico atento senão distraído

Mau comportamento:

J5 – Mal porque nunca cumpro o que
me pedem
J6- Falo muito, perturbo a aula
J12 – Distraída
J16- Um pouco distraída
J17 –Muito conversador
J22- Falo muito

Como se descreve enquanto aluno	Muito Empenhados e interessados:	Empenhados:
	<p>J1- Empenhada J4- Boa aluna J5- Empenhada J10 – Interessada J11- Aluno exemplar J15- Boa J20- Sou responsável J23- Interessado J25- Interessada</p>	<p>J2- Aluna mediamente empenhada e ajustada J7- Não revelou comportamentos perturbadores em sala de aula. J9- é assídua e pontual mas participa pouco J12- Melhorou bastante estando integrada e empenhada J14- Aluna mediamente empenhada J16- É assídua, pontual e insegura com comportamento mediano</p>
Significado da escola no projeto de vida	Empenhados:	Desinteressados:
	<p>J7- Razoável J8- Razoável J9 – Razoável J12- Razoável J16- Um bocadinho atenta J19- Aluno médio J21- Normal</p>	<p>J5- Desmotivação escolar J6- Aluna desajustada na escola J12 – Comportamentos desajustados em sala de aula J17- Comportamento apático e desinteresse J18- Desmotivação</p>
	Desinteressados:	
	<p>J3- Mão gosto de cumprir regras J6- Pouco interessado J13- Uma aluna que está cá obrigada que não consegue ir para um curso</p>	
	Motivações pessoais:	
	<p>J2- Para sermos alguém na vida J9- Preciso da escola para ser alguém na vida J10- Condiciona o meu futuro J18- Conseguir ter alguma coisa J23- Ser alguém na vida J25- Ser alguém</p>	
	Motivações profissionais e escolares:	
	<p>J1 – Sem a escola não se arranja trabalho J7- No futuro faria falta para ter trabalho J8- Quero seguir artes e línguas J11- Ajuda-me a ter um bom emprego J16- No futuro possamos ter um emprego J17- Ensina-me a organizar o estudo e</p>	

o futuro
 J20- Ter um emprego
 J21- Trabalhar

Motivações de instrução pessoal:

J3- Aprender coisas novas
 J20- Foi na escola que aprendi coisas
 J22- Aprender coisas para a vida

Desconhecido:

J5- Não sei muito bem
 J6- Não sei

Sem significado:

J4- Nenhum

**Motivos apontados
 para a aplicação da
 medida em
 acolhimento
 residencial**

**Negligência na prestação de cuidados e
 acompanhamento:**

J1- Negligência e falta de acompanhamento
 J3- Negligencia
 J4- Falta de condições habitacionais
 J5- Negligência familiar
 J6-Falta de retaguarda familiar
 J8-Agregado com défice na procura de trabalho
 e desvalorização da escola
 J11-Negligencia
 J12-Agregado com défice na procura de trabalho
 e desvalorização da escola
 J14-Falta de retaguarda familiar e não
 envolvimento da progenitora. Instabilidade
 emocional do pai
 J16- Sem capacidade para gerir o orçamento
 familiar, demonstrando falhas no
 acompanhamento
 J17-Falta de suporte familiar
 J19- Ausência de hábitos de trabalho
 J20- Negligência ao nível da saúde e educação

Exposição a modelos desviantes:

J2- Prende-se com as dificuldades de
 relacionamento da jovem com a mãe que sofre
 de problemas de alcoolismo. A jovem já
 apresentava comportamentos de risco
 J7- Alcoolismo
 J19- Suspeita de alcoolismo

Exposição a maus tratos:

J9-Abuso sexual
 J13- Maus tratos por parte da avó

Transferência de instituição:

J10- Transferência de instituição
 J15-Transferência de instituição devido ao
 projecto académico da irmã

**Problemáticas
associadas ao
agregado familiar**

Prática de comportamentos desviantes:

J18- Consumos de estupefacientes

Ausência de competências parentais:

J6- Apresentam falhas no que diz respeito às competências parentais

J9- Falta de acompanhamento e de assertividade na intervenção

J10- Os filhos eram vítimas de situações de negligência a vários níveis

J13- Agregado disfuncional no acompanhamento

J14- Agregado disfuncional na supervisão e acompanhamento

J16- Negligência

J17- Precisa de desenvolver competências parentais

J20- Precisa de desenvolver competências parentais

Ausência de hábitos de trabalho:

J4- Não apresenta hábitos de trabalho

J5- A mãe ã apresenta hábitos de trabalho, encontra-se desempregada

J10- Pais não apresentavam hábitos de trabalho

J16- Hábitos de trabalho

J18- Agregado com poucas hábitos de trabalho desde os pais aos irmãos

J19- Agregado com poucas hábitos de trabalho desde os pais aos irmãos

Problemas de saúde:

J2- destruturado e disfuncional com problemas de saúde mental

J3- A mãe padece de doença metal estando actualmente internada.

J5- A mãe apresenta vários problemas de saúde

J8- A avó é o único suporte e actualmente tem problemas de saúde

J12- Problema de saúde da mãe

Económicos:

J1- Apresenta uma pobreza extrema, muitas dificuldades financeiras, situação de carência alimentar.

J18- Agregado vive de apoios económicos e são passivos perante a situação

J19- Agregado vive de apoios económicos e são passivos perante a situação

Relações familiares**Dependências:**

J1- Existe a problemática do alcoolismo

J9- Alcoolismo

Maus tratos:

J1- Existe problemas de maus tratos

J7- O agregado familiar da mãe era pautado por suspeitas de maus tratos e violência doméstica

J9- Violência doméstica

J10- Existem situações de violência doméstica

Relações disfuncionais:

J2- Pobres, pautadas por disfuncionalidade

J5- A relação não é parental, ou seja, acaba por ser uma relação de amigos

J6- A jovem gosta muito da avó, não respeitando-a sempre

J13- Com a mãe tem uma relação não parental mas sim de amigas

J14- Relações disfuncionais

J15- Muito controversas e complicadas

J16- Relações disfuncionais

Relações afectivas:

J5- Relação próxima

J10- A jovem tem uma relação de afeto e proximidade com a mãe e avó materna.

J11- Apresente uma relação próxima e adequada

J17- Relação muito próxima com a irmã mais velha que se encontra na Holanda

J18- As relações familiares são vinculativas com pais e irmãos

J19- As relações familiares são vinculativas

J20- São relações onde prevalece a afetividade

Relações conflituosas:

J1- As relações são pautadas por vários conflitos

J 4- Agressividade e fragilidade

J7- Tem uma relação conflituosa com a mãe

J9- A jovem tem uma relação muito conflituosa com a mãe

Relações distantes:

J3- Com o pai esteve afastada durante muito tempo

J12- É uma relação algo distante que por vezes passa bastante tempo sem ter contato

Relação de inter-dependencia:

**Reação do jovem e
agregado familiar à
aplicação da medida**

J8- Com a mãe existe uma relação de interdependência e com o pai uma relação fantásiose

Positivamente:

- J2- Normal
- J3- Aceitação positiva do acolhimento
- J7- Não existiram dificuldades
- J10- Aceitação sem constrangimentos
- J11- Cooperaram com a instituição sem apresentarem dificuldades
- J12- Foi uma medida bem aceite
- J14- Bem
- J15- Positivamente
- J16- Positivamente
- J17- Aceitaram bem mas a avó inicialmente teve dificuldades
- J20- Postura aceitável

Negativamente:

- J1- Não aceitaram nem consentiram, reagindo com revolta e zanga ao acolhimento
- J5- Dificuldades na adaptação
- J6- Com dificuldade na adaptação
- J8- Não aceitou bem arranjando alternativas para o acolhimento
- J9- Descontentes. Reagiram com tristeza
- J10- Com alguma dificuldade em integrar-se
- J18- Rejeição da medida

Domínio familiar:

- J1- Trabalhar a relação e proximidade da jovem com os progenitores
- J4- Intervenção com a jovem e tias maternas através de contacto telefónico e reunião
- Intervenção com o pai
- J5- Passa fim-de-semana com a avó, e um período de férias de verão com o irmão, quando ele vem de férias
- J8- Definição de estratégias que incidem sobretudo na relação de mãe e filha
- J10- Trabalhar a relação da jovem com a família
- J11- Passa fim-de-semana com o pai
- J15- Passa fim-de-semana com a avó
- J16- Ajudar a família na organização das dinâmicas familiares
- J18- Competências familiares

Autonomia:

- J3- Intervenção diária nas competências de

**Estratégias para a
implementação do
projeto de vida**

autonomia

J6- Intervenção diária nas suas competências de autonomia

J17- Trabalhar competências de autonomia da jovem

J20- Trabalhar a autonomia

Domínio escolar:

J12- Entrar no curso desejado e concluir com sucesso

J9- Concluir a escolaridade obrigatório

Articulação com outras entidades:

J2- Concertação de esforços entre a associação de famílias e a equipa técnica

J7- Articulação com outras entidades

J13- Concertação de esforços entre entidades

J14- Articulação com outras entidade